REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 159 QUINTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1979 BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 302ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO — Notícias veiculadas em órgãos da Imprensa sobre as despesas efetuadas pela ECT, com a realização do Congresso da União Postal Universal.

DEPUTADO WALTER DE PRÁ — Criação do Ministério do Turismo.

DEPUTADO DASO COIMBRA — 70º aniversário de nascimento do Sr. José Ari Boechat.

DEPUTADO BENJAMIM FARAH — 8º aniversário do jornal "Letras em Marcha".

DEPUTADO JOEL LIMA — Reparo a noticiário inserto na edição de "O Globo", edição de domingo, referente a ingresso de S. Exª em partido político nascente. Protesto de S. Exª contra noticiário de órgão da Imprensa, atribuindo aos assalariados a responsabilidade pela crise econômica do País.

DEPUTADO NÁBOR JÚNIOR — Considerações relativas à majoração dos preços dos produtos derivados do petróleo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 3/79-CN, que aprova o III Plano Nacional de Desenvolvimento. **Aprovado**, o projeto com ressalvas, após usarem da palavra os Srs. Vasco Neto, Marcondes Gadelha, Ruy Côdo, Paulo Lustosa, Felippe Penna, Milton Figueiredo e Cantídio Sampaio. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 303ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LUIZ BATISTA — Considerações sobre o Projeto de Lei nº 38/79-CN, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO CELSO PEÇANHA — Projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

DEPUTADO SARAMAGO PINHEIRO — Observações sobre a matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO NAVARRO VIEIRA FILHO — 107º aniversário da cidade de Poços de Caldas—MG.

DEPUTADO CARDOSO DE ALMEIDA — Manifestação contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 38/79-CN, objeto da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS — Apelo ao Sr. Ministro Jair Soares em favor da instalação de agência do INAMPS, em cidades do interior do Estado de Pernambuco.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei nº 38, de 1979-CN, que altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Carlos Bezerra, Marcondes Gadelha, Cantídio Sampaio e Marcos Freire. À sanção.

2.3.1 — Declarações de voto encaminhadas à Mesa

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 302ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. NILO COELHO, GASTÃO MÜLLER E JORGE KALUME

ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quércia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:
Semestre ..... Cr$ 200,00
Ano ..... Cr$ 400,00
Via Aérea:
Semestre ..... Cr$ 400,00
Ano ..... Cr$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr$ 1,00
Tiragem: 3.500 exemplares

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Milvernes Lima — ARENA; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felippe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de

Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dario Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Guido Arantes — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Tobias Alves — MDB.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alcebíades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluízio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 411 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A imprensa brasileira anunciou há dias os gastos exagerados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com a realização do Congresso da União Postal Universal.

Segundo dados publicados não só no *Jornal do Brasil* como no jornal *O Estado S. Paulo*, a ECT deve ter gasto mais de trezentos milhões de cruzeiros na realização desse Congresso que durou 45 dias.

Foi uma verdadeira mordomia, Sr. Presidente, de acordo com as informações, não só mordomia no que diz respeito à tranqüilidade de cada um dos 1.500 participantes, durante 45 dias, como viagens programadas para algumas importantes cidades do Brasil e todas as despesas de hotel, de alimentação, de transportes, pagas. Ainda houve, no final do Congresso, a distribuição de brindes, e não foram brindes pequenos; um chaveiro a ouro para cada um dos integrantes, no valor aproximado de cinco mil cruzeiros, e um colar de água-marinha às esposas dos participantes do congresso.

A notícia foi recebida com perplexidade por parte do povo brasileiro, Sr. Presidente, em conseqüência dos aumentos constantes das tarifas da ECT, mormente quando se sabe que os funcionários menos categorizados, principalmente os carteiros, estão sendo lesados nos seus direitos pela ECT, que os obriga a trabalhar até 12 horas por dia sem qualquer direito a receber horas extras. Isso realmente aumenta a indignação do povo, com relação a esses.

gastos, porque essa empresa que tem afirmado estar deficitária, com a necessidade de aumentos nas tarifas, tem recursos para a realização de encontros como esse que a imprensa chegou a classificar como "boca livre", e quem não participou, não participa mais, tal a facilidade ali encontrada.

Agora, Sr. Presidente, o advogado Ginaldo de Vasconcelos que se diz representante do corpo jurídico da ECT, através da imprensa brasileira, através dos principais jornais, manifestou-se à Nação, colocando-se, inclusive, contra a imprensa, dizendo tratar-se de uma campanha contra o Presidente da ECT, Sr. Adwaldo Cardoso Botto de Barros, que é uma pessoa honesta, competente, que vem sendo atacada injustamente pela imprensa.

Para que isto não ocorra, Sr. Presidente, apresentamos requerimento à Câmara dos Deputados, solicitando informação ao Sr. Ministro das Comunicações, o Sr. Haroldo de Mattos, para que ele preste todos exclarecimentos a respeito deste Congresso da ECT, e ao mesmo tempo nos dê informação se realmente foi aberta a sindicância solicitada por funcionários da ECT, a respeito dos gastos realizados naquele congresso, já que o Sr. Ginaldo Vasconcelos, falando pelo corpo de assessoramento jurídico da ECT, afirma que nada daquilo ocorreu. Nesse caso, o melhor que se pode fazer é prestar os esclarecimentos necessários à Nação, porque, inclusive, foi anunciado que após a realização deste Congresso, o Brasil passou a ter direito de participar com um integrante no Conselho Mundial da União Postal Universal.

Mas, ocorre que, de acordo com as informações publicadas no *Jornal do Brasil*, este integrante é o próprio Presidente Adwaldo Cardoso Barros que programou este Congresso, com mais de 300 milhões de cruzeiros, e vai receber 3 mil e 500 dólares por mês. Isto, na verdade, é um gasto indevido do dinheiro brasileiro. E concluo dizendo que o *Jornal do Brasil*, de domingo, traz notícias dos empresários do Ceará, que afirmam que a ECT está aplicando cerca de 30 milhões de cruzeiros mensais no *open market*. A ECT arrecada esse dinheiro do Reembolso Postal, que hoje totaliza, aproximadamente, 100 milhões de cruzeiros, por mês, sendo que 30 milhões de cruzeiros, na Região Nordeste, e o está aplicando no *open market*.

Esse procedimento da ECT começa a causar prejuízo incalculável às empresas, que já estão buscando outras alternativas, porque, na verdade, faltalhes o capital de giro, enquanto a ECT aplica esse dinheiro mensal no *open market*. Recebe esse dinheiro todo, e faz a aplicação, não sei se para a empresa ou para seus próprios dirigentes. O que, realmente, está a exigir do Ministério das Comunicações uma intervenção, para que a empresa não venha a cair no descrédito de uma vez por todas, conseqüentemente, junto àqueles que usam esse meio postal para suas correspondências. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADHEMAR SANTILLO EM SEU DISCURSO:

DIFICULDADES

Hoje vende-se, pelo Correio, relógios, jóias e até churrasqueiras. A Post Shopping, de São Paulo, tem um catálogo com 6 mil itens e a Otto Pierre Editores, do Rio — a maior em volume de encomendas, segundo a ECT — transporta de 3 mil 500 a 5 mil volumes por dia. Com todo este volume de negócios, a ECT passou a ter, assim, um dinheiro (pelo menos Cr$ 100 milhões, por mês) em caixa, de que pode dispor por um prazo não determinado.

Os empresários cearenses afirmam que, como a ECT retém esse dinheiro por um prazo cada vez maior, as empresas de reembolso ficam sem capital de giro e passam a ter sérias dificuldades. Há 20 dias, um grupo de empresários do setor (entre as 20 maiores empresas do ramo, seis são cearenses) procurou técnicos do Governo estadual para estudar a situação. A criação de uma linha de crédito junto aos bancos oficiais do Ceará foi apontada como uma solução.

Isto, no entanto, é difícil, porque as empresas não têm duplicatas para desconto em bancos, já que as vendas são feitas à vista, através de vales postais. As empresas cariocas e paulistas — pelo menos as maiores — embora reconheçam que passam por dificuldades, tentam outras soluções, como sair do negócio ou entregar a domicílio a maior parte possível das encomendas.

A aplicação de dinheiro de empresas estatais no *open market* é regulada por um decreto, o 1.290, de 1972. Por ele, as empresas só podem comprar as Letras do Tesouro Nacional através do Banco Central. Técnicos do banco afirmaram desconhecer que a ECT faça aplicações no *open* do dinheiro das empresas de reembolso. Segundo os empresários cearenses, porém, isso é feito abertamente. Empresários do Rio, como Otto Pierre, admitem que isso existe, "não oficial, mas oficiosamente".

MORDOMIA NOS CORREIOS

Repudiando a mesquinha e inominável campanha difamatória que certos Órgãos da Imprensa no Brasil vêm promovendo contra o Engenheiro Adwaldo Cardoso Botto de Barros, Digníssimo Presidente da ECT, os advogados que compõem os serviços jurídicos da ECT, do Amazonas ao Rio Grande do Sul — a maioria com mais de vinte anos de serviços prestados aos Correios — considerando que se vem usando, indevidamente, o nome de servidores como supostos propugnadores de abertura de inquérito contra a administração, exteriorizam, através deste manifesto, seu total apoio à figura ímpar de homem público que é o Presidente da ECT. Não contestamos o direito que tem a imprensa de publicar notícias sobre qualquer matéria, mas, como defensores da lei, entendemos que não se deve tentar enlamear primeiro para depois procurar esclarecer os fatos. Todos os advogados que militam dentro da Empresa conhecem a nobreza de caráter e eficiência profissional de Adwaldo Cardoso Botto de Barros, razão pela qual nos insurgimos contra essa campanha insidiosa. O desejo desses elementos é destruir um homem público probo, que é hoje considerado a maior autoridade em assuntos postais do País. Essas publicações malévolas só demonstram que esses elementos atravessam ainda um estágio de subdesenvolvimento moral, com reflexos negativos no exterior, tentando macular uma boa imagem que daqui foi levada pelos participantes do XVIII Congresso da UPU. Assistisse razão aos denunciantes, caberia a estes valer-se dos meios legais que a legislação brasileira coloca ao alcance de todos e nunca tentar desmoralizar uma administração profícua. Felizmente, nós advogados, conscientes de nossos deveres profissionais e dentro da fé do grau de que somos possuidores, na defesa da verdade jurídica no seu sentido moral, não temos dúvida de que essa situação anômala nada mais é do que produto da insensatez, resultante da atividade leviana de detratores interessados em denegrir a honra de um homem público, reconhecidamente idôneo e competente. Não tivéssemos, nós brasileiros, à frente dos destinos da Nação, um Presidente da República íntegro, corajoso e conhecedor profundo de seus auxiliares, quer diretos ou não, hoje veríamos desmoronar o alicerce dessa grande reserva moral do País que é Adwaldo Cardoso Botto de Barros, marginalizando-se um grande administrador.

Brasília — DF, 26 de novembro de 1979. — **Dr. Ginaldo de Vasconcelos**, representando o Corpo Jurídico da ECT.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter de Prá.

O SR. WALTER DE PRÁ (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem Revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A situação do País é difícil. Na verdade, não adianta chorar o leite derramado. Temos de partir, agora, em busca de alternativas. Dentro da nossa pequenez de visão e entendimento, mas, esforçados que somos em tentar ajudar a encontrar uma saída para essa situação difícil, creio que o turismo ainda é uma válvula de escape para, a curto e médio prazos, encontrarmos solução para tentar equilibrar a situação agravada pelas injunções impostas pelo mandamento internacional.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a criação imediata do Ministério do Turismo se impõe pela própria vocação da imensidão territorial do nosso País, não apenas as belezas do nosso litoral, não apenas a riqueza e a beleza de nossas selvas, mas, os pantanais que hoje despertam, no turista já cansado de ver edifícios e cidades com museus, uma vocação nova e diferente para a exploração do turismo.

A EMBRATUR tão bem dirigida por Miguel Colassuono — e aqui prestamos as nossas homenagens a S. Exª. — ainda está muito aquém, porque lhe falta autonomia, falta-lhe teto para gerir as coisas do turismo, e a criação de um ministério para tratar das coisas do turismo no Brasil é, a nossa modo de ver e entender as coisas, uma alternativa mais do que válida para a busca de se estabelecer o equilíbrio na nossa tão defasada economia. A verdade é que não temos modelo econômico, tanto assim é que lamentavelmente, uma enchente causada no País obrigou que se mudasse uma das coisas mais sérias que há neste País, que é o Imposto de Renda. Apenas uma enchente alterou o Imposto de Renda!

Sr. Presidente, temos de buscar aquilo de que já dispomos: um turista gratuito dado por Deus e pela Natureza para ser explorado, e não explora esse turista, porque faltam condições, faltam meios.

A criação do Ministério do Turismo, imediatamente, viria dar condições para que se implantasse, no País, uma verdadeira fonte arrecadadora de divisas, principalmente para o turismo internacional além do turismo interno. Algumas pequenas facetas impedem uma melhor difusão do turismo no País, principalmente o turismo interno, e com conseqüências para o turismo externo.

Vejam, por exemplo, a questão do calendário escolar, que se constitui em um dos impeditivos, porque, o calendário escolar que deveria ser o único para todo o País é, num Estado, num determinado período, e, outro, em outro determinado período e, num outro, já em período diferente, proibindo, com isso, que se propusesse um planejamento anual para o turismo interno.

O fechamento de postos de gasolina nos finais de semana, agora abertos para os municípios declaradamente turísticos, é medida restritiva, mas não importa, o objetivo é dar condições a que se estabeleça uma política agressiva de turismo, para não termos esse *deficit* de quase um milhão e seiscentos mil dólares na economia turística do País.

E por quê? Porque falta-lhe apenas autonomia, porque programa nós temos, homens capacitados nós temos e o que é mais importante, Sr. Presidente, temos uma imensidão de oportunidades turísticas no País. São 365 dias de sol, as mais belas cascatas do Mundo, os mais lindos pântanos do Mundo, para serem explorados numa indústria sem chaminé sem precisar fazer inversão de qualquer recurso de ordem governamental ou particular. Basta explorar.

Temos, então que formar uma consciência nacional sobre o que representa o turismo no País. E, nesta difícil crise em que vivemos, não pode haver o desespero do povo brasileiro. Pelo contrário, sempre inteligente, sempre sagaz nas suas interpretações e nas suas buscas de soluções, agora é o momento maior do povo brasileiro, para a busca de uma alternativa. Não é com este estado de pessimismo que alguns pregoeiros do nielismo tentam incultar na cabeça do brasileiro.

Temos de sair desta situação que se nos apresenta. Mas como? Não é gritando nem falando, mas buscando alternativas válidas para sairmos deste impasse. E eu confio no Presidente João Figueiredo, pelas suas intenções, pelas mostras reais do que já fez em favor deste País.

Tenho certeza de que ele haverá de encontrar, Sr. Presidente, por parte daqueles que representam o pensamento do povo, nas diversas casas legislativas, o caminho ideal, haverá de encontrar, aqui, críticas, é certo, estas tem de haver, mas muito mais do que críticas têm de ser apresentadas soluções como alternativas, porque críticas nunca resolveu problema de qualquer nação. Alternativas, sim! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O sentido melhor dado à vida consiste no servir a Deus e ao próximo, com todo o interesse, sem a espera de qualquer recompensa material, pelos bens realizados.

Assim tem sido o viver de José Ari Boechat, ilustre fluminense, que, neste 30 de novembro, estará completando 70 anos de útil e nobre existência.

Nasceu em Pirapetinga de Bom Jesus do Itabapoana, que pertencia, à época, ao Município de Itaperuna. Viveu sempre no Norte Fluminense, distribuindo os seus dias entre Rosal, Campos, Bom Jesus e Itaperuna, exercendo sua atividade profissional de contador e prestando eficiente colaboração à obra da evangelização, pois, convertido ao Evangelho de Jesus Cristo, tornou-se pregador leigo, professor da Escola Dominical, diácono e presbítero, exercendo o oficialato da Igreja Presbiteriana do Brasil há 42 anos. Atualmente, é membro e Presbítero da Igreja Presbiteriana de Itaperuna, Cidade onde reside desde 1956.

José Ari Boechat é filho de família numerosa, nascendo no lar de Oscar e Otália Boechat, integrando a prole de dezessete irmãos, dentre os quais o atual Chefe de Gabinete do Sr. Ministro dos Transportes, o Dr. Oscar Boechat Filho. Os que ainda vivem continuam trilhando os caminhos de exemplos deixados por Oscar e Otália, que se notabilizaram por sua fé em Cristo e total dependência da vontade de Deus para suas vidas.

Conheço, Sr. Presidente, a José Ari Boechat, desde há muito. Bem assim sua ilustre esposa, D. Diva Fiori Boechat, com ele consorciada há 47 anos, e todos os seus cinco filhos e oito netos. Conheço-os no Evangelho, onde todos são atuantes e desejo aqui destacar as atividades de José Ari Boechat como Presidente do Instituto Cultural e Beneficiente Erasmo Braga, na Cidade de Itaperuna, desde sua fundação em 1960.

Aquela instituição assiste a população pobre do Norte Fluminense, distribuindo medicamentos, oferecendo serviços médicos e odontológicos inteiramente grátis, cooperando, inclusive, com as autoridades, do Município, do Estado e da Previdência Social, pois, em alguns casos, notadamente na distribuição de remédios, a "farmácia de José Ari", como é popularmente conhecida a organização, atende melhor que muitos organismos oficiais.

Desde 1926, José Ari Boechat cultiva a arte de escrever, versejando notadamente temas evangélicos, publicando poesias nos jornais de Campos, Bom Jesus e Itaperuna, além de colaborar, durante longo tempo, com o *Correio da Manhã*, da Cidade do Rio de Janeiro. É membro da Academia Bom-jesuense de Letras.

São 70 anos de um viver que se completa, cada dia, pelo serviço ao próximo e a Deus, com a mesma intensidade de sempre, mesmo depois de merecida aposentadoria, alcançada através 45 anos de serviços como Técnico em Contabilidade. José Ari Boechat está sendo festejado por esta efeméride, e a ela nos associamos, como irmão e amigo, agradecendo-lhe o exemplo de solidariedade humana, de fé, de coragem e de desprendimento.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Lima.

O SR. JOEL LIMA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O jornal *O Globo*, na sua edição de domingo, publicou a nossa definição política como pertecendo ao PI. Fiquei na dúvida, Sr. Presidente, em saber se o PI era o Partido Independente ou o Partido do Petrônio, isto é, o Piauí.

Dentro desta interpretação, queira dizer nesta Casa que o jornal *O Globo* antecipou por completo a minha definição. Parece-me que se eles têm a bola de cristal, ela não representa a verdade. Não me defini ainda por qualquer facção política. Vou me definir, evidentemente. Mas, essa definição virá de acordo e conforme a nossa origem.

Nos idos tempos dos 13 partidos, pertencíamos nós ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Fundamos no Estado do Rio de Janeiro, o Movimento da Mocidade Trabalhista, movimento este que fez época, e cujas idéias, depois, o ilustre Deputado Fernando Ferrari absorveu, criando o seu próprio partido.

Por isto, Sr. Presidente, a notícia do jornal *O Globo*, em sua edição de domingo, não me ofendeu, não me machucou, não me feriu. Apenas, Sr. Presidente, causou dúvida em meus correligionários, aqueles que seguem a nossa orientação política.

Quero, então, na oportunidade, dizer, desta tribuna do Parlamento brasileiro, que não me defini ainda politicamente, e, particularmente, não me defini pelo PI, caso seja Partido Independente. Caso seja PIAUÍ, jamais, Sr. Presidente, me definiria, porque não participaria de um partido político que tivesse o atual Ministro da Justiça como seu membro.

Logo, Sr. Presidente, quero dizer ao redator, ao repórter do jornal *O Globo*, que jamais pertenceria a esse partido. E quanto à nossa definição política, ela virá no momento oportuno.

Outra notícia, Sr. Presidente, também publicada no jornal *O Globo*, na edição de hoje, refere, Sr. Presidente, que, no após-guerra, os trabalhadores da Alemanha, como que num movimento de grande afinidade para com a Nação, como que num movimento de nacionalidade, firmaram um pacto, que durou cinco anos, sem qualquer movimento reivindicatório, esperando que a Alemanha, primeiro, ressurgisse dos escombros da guerra, para que eles então começassem a fazer as suas reivindicações. Que lindo, Sr. Presidente, que maravilhoso, que nacionalismo! Mas, por outro lado, Sr. Presidente, imputa-se então aos trabalhadores brasileiros a responsabilidade pela crise econômica; só falta atribuir ao povo brasileiro a responsabilidade pelo aumento da gasolina. Só falta isso, Sr. Presidente.

Os trabalhadores, seja por nacionalismo, ou seja, Sr. Presidente, por imposição de cima para baixo, ficaram 15 anos sem reivindicar qualquer coisa, sem ter o direito de pedir qualquer coisa, até mesmo de implorar lhes negaram esse direito. Portanto, Sr. Presidente, não há como responsabilizar os trabalhadores brasileiros, sejam de quaisquer matizes, pela crise que ora atravessa o nosso País, a crise econômica, a crise política, quando num ato de força, num ato de violência, num ato de prepotência, num ato de arbítrio extinguem-se os partidos políticos. Mas, Sr. Presidente, as forças democráticas vivas desta Nação, tenho certeza, estarão aí unidas, num só propósito, unidas com os trabalhadores assalariados e os trabalhadores autônomos, com os trabalhadores brasileiros, seja de que forma for, para recuperar esta Nação e sermos em verdade não a décima, mas a primeira Nação do mundo.

Eram estas nossas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (MDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A crise do petróleo tem ensejado conclusões as mais contraditórias e, até hoje, a sociedade brasileira não tem conseguido entendê-las.

Há poucos dias, esteve depondo, no Plenário desta Casa, o Ministro Cesar Cals e, naquela oportunidade, respondendo à interpelação do Deputado João Cunha a respeito da venda de gasolina para países da África e da América do Sul a preço irrisórios, S. Exª afirmou que era melhor negócio para a PETROBRÁS — vender gasolina a três cruzeiros e vinte para o exterior, do que estocar os excedentes daquele subproduto do petróleo. Talvez fosse mais desinteressante para a PETROBRÁS estocar do que vender a gasolina no mercado internacional. Disse também S. Exª que não estava havendo escassez de gasolina no País, que a crise era, principalmente, com referência ao óleo diesel e ao óleo combustível, cujo consumo estava crescendo a cada dia.

Pois bem, ontem, o *Jornal do Brasil* publicou entrevista do Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, na qual afirmava que o Governo não estava interessado em promover o racionamento da gasolina, uma vez que, com isto, a PETROBRÁS iria ter reduzidos os lucros na comercialização daquele produto. Afirmou ainda o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo que o preço da gasolina saída da refinaria estava em torno de Cr$ 6,90 e que o Governo arrecadava cerca de Cr$ 10,00 com a comercialização da gasolina. Logo, se fosse imposto o racionamento, esse lucro que o Governo vem obtendo na comercialização daquele combustível deixaria de ser carreado para os cofres da PETROBRÁS. Por outro lado, os porta-vozes do Palácio do Planalto e o próprio Presidente da República têm afastado qualquer possibilidade de racionamento de gasolina.

Então concluímos, Sr. Presidente, que não existe crise de gasolina no Brasil. Existe sobra de gasolina. Se existe escassez, é do óleo diesel e do óleo combustível, mas não da gasolina. Como, então, justificar essa alta desenfreada de 58% no preço daquele combustível? Simplesmente para aumentar o lucro do Governo?

Ficamos estarrecidos, Sr. Presidente, quando vimos declarações do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, no jornal do último domingo, aconselhando aos usuários de automóveis no Brasil a conservarem os seus automóveis na garagem durante os fins de semana, a ficarem em casa, tocando piano, jogando xadrez ou cuidando do seu jardim. Também ficamos decepcionados quando vimos, hoje, os jornais publicarem declarações do Sr. Ministro dos Transportes, aconselhando àqueles que possuem automóveis a andarem de táxi, aos que andam de táxi a andarem de ônibus e aos que usam ônibus a andarem a pé. Ora, Sr. Presidente, isto é humor negro que se quer fazer com a população brasileira. Como vamos entender que os trabalhadores, que se deslocam dos bairros mais distantes das grandes cidades para o seu local de trabalho, venham a pé, atendendo, assim, a recomendação do Sr. Ministro dos Transportes?

O que nós precisamos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é tratar do problema com mais seriedade e não impor engodo à população brasileira, à sociedade brasileira que não aceita mais essa política controvertida do Governo em relação à crise do petróleo. Não podemos mais aceitar isto. Já chega, Sr. Presidente, de tanta coisa enganosa. Estão aí as donas de casa reclamando. A partir de ontem, todos os preços das utilidades subiram desastrosamente. Verifiquei ontem, pelo *Jornal do Brasil*, uma entrevista de várias pessoas que estavam fazendo compras nos supermercados do Rio de Janeiro, e todas elas disseram que, a partir de sábado, a partir de domingo, já estavam racionando as compras nos supermercados. Muitas pessoas que ganham 40, 50 mil cruzeiros já estão vendendo os seus automóveis, já estão deixando de comprar as coisas essenciais, já estão deixando de comprar até o leite para manter os seus filhos. Enquanto isto, o Governo forja uma crise que não é verdadeira, porque existe gasolina em sobra, tanto existe que a PETROBRÁS a está vendendo, a preço subsidiado à nossa custa, para países do exterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à votação do Projeto de Lei nº 38, de 1979-CN, que altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1979-CN, que aprova o III Plano Nacional de Desenvolvimento.

A Comissão Mista, em seu Parecer nº 172, de 1979-CN, aprovou às 7 ressalvas apresentadas, dando nova redação às de nºs 5 e 6 e consolidando numa única às de nºs 1, 2, 3 e 7 e ofereceu, ainda, 17 outras ressalvas, concluindo pela apresentação do presente projeto, que aprova o III PND com às 21 ressalvas adotadas.

Em discussão o projeto e as ressalvas.

O Sr. Vasco Neto (ARENA — BA) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Com a palavra para discutir a matéria o nobre Deputado Vasco Neto.

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA. Para discutir o projeto.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Discute-se, hoje, e vai naturalmente ser aprovado, um dos instrumentos de maior importância para a economia do País. No entanto, tal não merece sensibilidade a opinião da Casa, pois não se cuida, num momento crucial da economia brasileira, de assuntos da magna importância do III PND, principalmente no setor energético.

Acabo de ouvir as candentes palavras do Deputado Nabor Júnior. S. Exª critica, com veemência, a posição do Governo, mas, como sempre, a crítica vem sem o acompanhamento devido do apontamento de soluções.

Quero agradecer ao Deputado Paulo Lustosa, por sua inteligência moça, a ter aceito as ressalvas que apresentei ao Plano, embora o tenha feito, por inadvertência, um tanto fora do prazo. São as Ressalvas de nºs 8 a 15. Estas ressalvas parecem-me de valor, pricipalmente a de nº 9, em que concito o Governo a modificar o que está escrito no Plano propriamente dito.

Aliás, antes da análise dos detalhes, devo dizer que o Plano, como bem disse Paulo Lustosa, é tão abrangente quanto difuso. Não se fixam diretrizes com precisão e nem era possível fazê-lo, mas seria de bom alvitre que se apontasse metas com mais cuidado.

A ressalva primeira que apontei modifica essencialmente o original e espero que ela seja aprovada na íntegra, e não como fez o Sr. Relator, porquanto o que está no fim da minha ressalva e que vou ler não é o que se segue:

> "Os projetos devem contemplar, de preferência, regiões adrede escolhidas, onde as condições ecológicas e sócio-econômicas propiciem maior rapidez de resposta ao problema, resguarde aceitáveis níveis de eficiência privada, evite pontos de estrangulamento ou excessos não comercializáveis de produtos energéticos e, acima de tudo, facilitem a política de correção dos desníveis regionais."

Ora, a minha emenda não era exatamente assim, porque como está, pode dar chance ao Governo de concentrar no Sul, em São Paulo, principalmente, e no Rio de Janeiro, as indústrias de álcool. No entanto, a minha redação diz o seguinte:

> "Os projetos devem contemplar, de preferência, regiões adrede escolhidas, onde as condições sócio-econômicas propiciem maior rapidez e desafogo à economia nacional, no setor energético e facilitem a correção de desníveis regionais."

Ora, Sr. Presidente, estamos vivendo um momento crucial no setor dos combustíveis, no setor energético, principalmente dos combustíveis líquidos, porque, se no setor hidrelétrico temos uma vasta gama de atividades e de fontes a explorar, no setor dos combustíveis líquidos o problema é crucial.

E cuido, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, principalmente hoje, do problema babaçu: já se anuncia que o açúcar vai ter um preço melhor no mercado internacional. Temo que essa notícia alvissareira venha, paradoxalmente, prejudicar o desenvolvimento do PROÁLCOOL. Não podemos mais procrastinar o PROÁLCOOL, o que levaria a Nação — como foi há pouco denunciado pelo Deputado Nabor Júnior — à insatisfação gerada pelos custos dos combustíveis.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nós perdemos todo ano cerca de 2 a 3 bilhões de litros de álcool da safra de babaçu. Não só isso: perdemos 1.500.000 toneladas de alcatrão que substitui o *fuel-oil;* perdemos, também, de óleo comestível, cerca de 1.200.000 toneladas, e grande parte delas poderia ser transformada em óleo diesel. Perdemos 4.500.000t de carvão metalúrgico.

Lamentavelmente o Ministério da Indústria e do Comércio não tem dado, a nosso ver, a ênfase que deveria dar no III PND, ao Programa do Álcool. É tímido o Programa que o MIC propõe: produzir-se em 1985, apenas 10 bilhões e meio de litros de álcool. Basta dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que apenas acrescentaríamos à nossa produção atual, cerca de 7 bilhões de litros o que é, para as nossas necessidades, uma meta extremamente modesta.

Mas volto ao babaçu. O babaçu se perde. Criou-se, há poucos dias, a COALBRA e, no entanto, vemos que o que se perde de energia, por safra/ano, dos 15 milhões de hectares de babaçual nativo, é um absurdo, em uma terra carente de combustível líquido, como é o caso do nosso País.

Assim sendo, Sr. Presidente, faria um apelo ao Governo, para que nos concentrássemos, agora, no programa do babaçu, não pensando em economicidade, não cuidando do benefício custo direto ou da taxa de retorno implícito de capital. O que se precisa é de automotivos e o babaçu pode triplicar os números que citei. Nós poderemos, somente com o desbaste do babaçual, com o tratamento do babaçual nativo, triplicar a produção, isto é, poderíamos ter, a médio prazo, 9 bilhões de litros de álcool; se tratássemos racionalmente o babaçual, plantando-o, ele poderia nos dar área igual, 20 bilhões de litros de álcool.

Ora, Sr. Presidente, não é assim que se cuida da economia. Nós não podemos fazer como faz o Ministério de Indústria e Comércio. Ainda há pouco, discutindo com o professor Israel Vargas, uma das maiores inteligências da tecnologia nacional, fiquei decapcionado...

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — V. Exª permite um aparte?

O SR. VASCO NETTO (ARENA — BA) — ... porque S. Exª fala sempre em *break even point* e no momento em que se igualem os custos dos combustíveis derivados do petróleo e do álcool. Não é possível raciocinar-se nessa medida. A visão deve ser macroeconômica e não microeconômica.

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — V. Exª permite um aparte?

O SR. VASCO NETTO (ARENA — BA) — Logo que terminar meu raciocínio, nobre Deputado, darei o aparte a V. Exª

Então, Sr. Presidente, o que eu proponho é agressividade, como o fiz no relatório que apresentei à Comissão de Inquérito que, no ano passado, discutiu o retardamento do PROÁLCOOL. Um relatório e um trabalho que honram esta Casa, mas que ninguém conhece, e que não teve a menor divulgação, nem por parte da própria Casa.

Mas eu dizia ao Professor Israel Vargas, que se nós fossemos cuidar de *break even point*, permitam-me os colegas, nós cairíamos como na Seleção Brasileira, "ponto futuro", *over lapping*, e "campeonato moral". A Nação não pode estar apenas sendo citada como pioneira no problema do álcool, mas sim a Nação tem que estar citada como resolvendo o problema dos combustíveis líquidos. Não é só aí que merecia reparos a minha fala.

Ouço, antes de entrar no segundo passo, a palavra do Deputado Ruy Côdo.

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Quero cumprimentar V. Exª, nobre Deputado Vasco Netto, quando aborda o problema do PROÁLCOOL. Eu gostaria até de fazer uma citação a respeito do metanol, por que é lamentável que o Governo, com o dispositivo que dispõe, não tem aproveitado manancial que nós temos de eucalipto e outros produtos, que dão, perfeitamente, para suprir a deficiência do combustível. E o metanol, já é experimentado pela CESP em São Paulo, com uma usina em Rio Claro, já em produção. O Governo deve, naturalmente, se atrelar a esse problema, e não ficar a importar petróleo, com o problema se agravando. Se nós temos o combustível que pode alimentar as nossas indústrias, que é o metanol, e também o gás de síntese do carvão de Santa Catarina, não vejo por que o Ministério de Minas e Energia e o Ministério de Indústria e do Comércio não se unem para a solução imediata deste problema. A V. Exª, que está tratando do problema do PROÁLCOOL neste instante, eu gostaria de me dirigir — eu sei que vai abordar o problema da educação, como emérito professor que é do Estado da Bahia — e perguntar-lhe onde está aqui no programa Educacional, o problema do menor, o problema da pré-escola? Há uma emenda constitucional no Congresso, inclusive já com o parecer aprovado do Senador Jutahy Magalhães, do seu Estado, que é um parecer à emenda desse Deputado. Infelizmente o Governo pouco fala da criança, e nada fala sobre a pré-escola. É preciso que o Governo adote outros sistemas porque a política educacional tem que começar na criança desde zero anos de idade, senão nós não resolveremos o problema brasileiro. Aí estão as FEBENs, está aí a FUNABEM, com problemas sérios. Os jornais estão, diariamente, noticiando crianças fugindo das FEBENs, o problema dos "trombadinhas", em São Paulo e nas grandes áreas metropolitanas brasileiras. É preciso que se faça alguma coisa, pois senão resolver o problema das crianças na área educacional, de nada vale este III PND. É como o problema do PROÁLCOOL: senão se mexer com o metanol e o gás de síntese, de que vale preparar documentos para mostragem somente da economia nacional? Eu cumprimento a V. Exª pelo trabalho que vem fazendo hoje no Congresso Nacional, naturalmente analisando o problema do III PND.

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA) — Muito grato Deputado Ruy Côdo. Dois aspectos do aparte de V. Exª eu destaco. Aliás o aparte de V. Exª consubstancia-se em duas partes: primeiro, a questão do metanol. Infelizmente o metanol nós não dominamos, ainda, a sua tecnologia e a CESP parece que já desistiu, de certo modo, porque o metanol inclusive produz um gás venenoso.

A notícia que se tem, ultimamente, é que o metanol não é a grande solução. A COALBRA, que o Governo mandou o projeto de criação há pouco tempo, para se tirar da madeira não mais o metanol, mas o etanol cuja tecnologia já temos o domínio mas, não temos confiança plena no êxito.

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA) — Um momento apenas. O metanol e o etanol da madeira merecem, principalmente o etanol, o nosso estudo, porque do metanol de que falo exala o gás metano que é letal. Portanto, nós não podemos pensar, imediatamente, em resolver o problema, quer com o metanol, quer com o etanol de madeira.

Vamos começar, então, como o Governo está começando a trabalhar, com o etanol, principalmente etanol.

Ouço V. Exª

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Estive, há questão de 5 dias, com o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, do Estado de Minas Gerais, no Ministério da Indústria e do Comércio. E tratando do problema do metanol, porque levei à S. Exª o Relatório do Dr. Luís Marcelo de Azevedo, ex-Presidente da CESP, o qual depôs na Comissão de Finanças, a respeito do metanol. Disse-me o Dr. Camilo Penna que havia já conversado com Dr. Palma, Secretário de Tecnologia do Estado de São Paulo, autorizando-o inclusive a prosseguir nas pesquisas, por não ser perigoso. O que precisa o Brasil — já que nós temos essa energia renovável — é explorá-la, usá-la; não naturalmente pararmos as nossas indústrias por falta do petróleo e da guerra que o Irã está promovendo, principalmente uma guerra psicológica, perante o mundo. É hora de explorarmos tudo: o petróleo, o metanol, o gás de síntese, tudo, para que a nossa economia não seja naturalmente atirada pela janela.

O SR. VASCO NETO (MDB — BA) — Mas, Deputado, eu não estou contra V. Exª; estou apenas dizendo que prefiro o etanol porque há, para sua produção, uma tecnologia mais próxima de nós. Segundo, todas as fontes devem ser pesquisadas, apenas o metanol e o etanol da madeira não nos atenderão, como por exemplo, o etanol da cana e o etanol do babaçu, cuja tecnologia dominamos.

No relatório que apresentei e que foi aprovado unanimemente na Comissão de Inquérito, no ano passado, eu preferi enfatizar a produção do álcool através da cana e do babaçu de imediato e não falei em etanol, metanol, butanol, nenhum desses álcoois, qualquer álcool.

Nós temos que agir imediatamente, porque o programa do álcool vem sendo procrastinado há quase 5 anos, e nós só temos algum álcool, porque o preço do açúcar se aviltou de tal maneira no mercado internacional que obrigou a se transformar cana para 15 milhões de sacos de açúcar, em álcool; senão, nós estaríamos carentes ao extremo.

Agora, o que há de mal em tudo isso é a falta de comando único para o programa do álcool.

O Ministro da Indústria e do Comércio merece crítica, primeiro, pela timidez da meta proposta e, segundo, porque não cuida de unificar o comando do PROÁLCOOL.

Há pouco, o *Correio Braziliense*, de ontem, se não me engano, noticiava uma reunião de empresários e que eles não sabiam a quem se dirigir, porque são "n" entidades mais uma a cuidar do mesmo assunto. Tínhamos proposto um comando único e o Sr. Deputado Paulo Lustosa, com muita bondade, aceitou, porque — como já disse — por uma inadvertência minha, talvez, ou porque confiei na informação do colega — Presidente da Comissão — e entreguei a ressalva um pouco fora de prazo. A bondade e a inteligência do Deputado Paulo Lustosa acolheram as emendas.

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Gostaria, depois, de ouvir V. Exª com relação ao problema do menor na Educação...

O SR. VASCO NETO (MDB — BA) — Exatamente. Cuidei desse assunto como professor e V. Exª sabe que o sou, e dentro do setor de Educação. Agora, a crítica eu faço é a V. Exª que deveria estar — me perdoe, não há aqui uma reprimenda, é uma crítica democrática que faço — V. Exª atento como este seu velho colega que, chegando há pouco tempo na Câmara, ainda assim, apresentou nove ou dez emendas ao III PND, V. Exª fez falta lá com a sua idéia para colaborar com o Brasil e não só com o Governo com a causa do menor. Eu, como professor, cuidei da Educação.

Primeiro, Sr. Deputado Ruy Côdo, devemos é valorizar o professor, que é a base de tudo o que se cria. Ou se valoriza o professor ou se avilta o ensino. Até o problema do menor começa aí, com a valorização do professor. E eu tive o cuidado de me apresentar, como professor, em homenagem à imensa farândula de colegas, principalmente, professores primários, os quais vivem de salário mínimo ou abaixo de salário mínimo, neste País afora, educando a nossa gente.

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Aliás V. Exª deve voltar um pouco: Há questão de alguns dias este Congresso aprovou o orçamento e os jornais todos publicaram a respeito do MEC, cuja dotação foi tão pequena, e eis a grande pergunta: "Aquele que ajuda a abrir os caminhos, que é o professor, é sempre esquecido?" Cumprimento a V. Exª nesta parte. Agora, com relação ao problema do III PND, o qual infelizmente não discutiu o problema da criança, é lamentável, mas ainda é tempo. É tempo para que o Brasil cuide desse particular. Mas cumprimento V. Exª porque sei que está preocupadíssimo com o problema educacional deste País. Sei disso e da luta que V. Exª tem feito.

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA) — Certo dia recebi um aparte de um nosso colega, porque alegava eu que, como professor, recebia 17 mil cruzeiros, quando discutíamos aqui um assunto de magna importância que era o do custo, o aumento da taxa rodoviária. S. Exª o nosso colega, fez graça, embora se tratasse de um assunto da maior seriedade. O aviltamento do professor leva ao aviltamento da educação. E o Japão deu-nos um exemplo: a grandeza do Japão! O Japão só sobrevive porque é realmente um povo extremamente desenvolvido no setor educacional.

Tinha mais comentários a fazer nas emendas que apresentei, mas sinto que o Sr. Presidente já me chama a atenção. Entre elas a inversão do tráfego do Sul para o Nordeste, em vez de se fazer uma Estrada do Aço, caríssima, para transportar minério para o Sul e que depois vai para o Norte. Eu prefiro — e desde 1971 luto por isso — que ao Nordeste se dêem obras de infra-estrutura mais do que incentivos, porque as obras de infra-estrutura lá ficarão, e não há meio de políticas outras as retirarem, como se retirou da SUDENE, muitos dos incentivos.

Sr. Presidente, o ponto principal de nossa fala visa o problema energético, no Brasil, hoje. Temos que dele cuidar com ênfase. Como já disse, o aumento do preço do açúcar no mercado internacional me assusta, porque o programa do álcool pode ser procrastinado. Não só o álcool da madeira, da cana, da mandioca, do sorgo, de todas as fontes renováveis de energia, mas, também, teremos que estudar outras fontes, inclusive de energia solar que não pode ser para agora. Já sabemos disso.

Mas, com tudo isso temos que fazer um plano energético total como o Governo está cuidando. Mas, o plano do álcool, a meu ver, está tímido e se destaco hoje a questão do babaçu o faço, principalmente, porque do babaçu se perdem por ano 3 bilhões de litros de álcool, se catássemos o babaçu apenas, porque caem dos babaçuais 3 bilhões de litros de álcool, 1 milhão e 500 mil toneladas de *fuel oil* e talvez um milhão de toneladas de diesel. O que se precisa é desbastar o babaçual para triplicar a sua produção. Só aí, elevamos a 9 bilhões de litros, mais do que propõe a timidez do MIC.

Finalizo minha crítica, cumprimentando o Deputado Paulo Furtado pelo trabalho que realizou e pela inteligência com que conduziu o seu relatório do III PND. De minha parte, sou muito grato por ter aceito as minhas ressalvas, apesar do lapso de minha parte.

Espero que estas minhas críticas construtivas alertem as nossas autoridades para que o programa dos combustíveis líquidos e principalmente no que tange ao babaçual nativo, seja olhado com mais atenção. Ao contrário do que me disse o Professor Israel Vargas, o álcool do babaçu não é antieconômico, não dá prejuízo, não é tão caro. Se distribuírmos o custo por todos os seus subprodutos, o aproveitamento do álcool do babaçu é exeqüível.

Espero — repito — que as críticas construtivas venham contribuir para minorar a aflitiva situação econômica do País, com a redução da dependência externa no setor energético.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Não havendo mais quem queira discutir o projeto, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

O Sr. Marcondes Gadelha (MDB — PB) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Líder da Oposição, Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (MDB — PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o III PND é um documento inútil. Daqui a uma semana ninguém mais estará falando nele, nem mesmo o próprio Governo que, por ele, não assume qualquer compromisso, não estabelece metas, não estabelece objetivos, não dá, enfim, uma palavra à Nação que possa ser cobrada com seriedade. O III PND, além do mais, é desrespeitoso ao Congresso Nacional e à lei a que está subordinado. Não temos, Sr. Presidente, qualquer possibilidade de alterar esse documento e torná-lo um plano efetivo, já porque as suas intenções são muito fluídas, as suas propostas são muito mal amarradas e, naturalmente, os efeitos que poderá produzir sobre a vida da Nação neste momento se configuram irrisórios.

A lei não permite que se façam modificações substanciais, sobretudo porque assinala que deve-se estar atento ao fluxo de recursos que, por sinal, não são também definidos no documento. Sr. Presidente, não creio, com todo o respeito ao eminente Deputado Paulo Lustosa, talentoso economista que se debruçou meses a fio sobre essa matéria, procurando uma maneira de corrigila, uma maneira de sanar os seus vícios, de atenuar os seus defeitos, não quero crer que essas ressalvas apresentadas pelo nobre relator possam surtir qualquer efeito, porque há um erro metodológico na base. Não há como melhorar esse documento.

Veja V. Exª que, além de não estabelecer estas metas, desenha uma estratégia sinuosa e, muitas vezes, incoerente, atribui uma saída para a crise em que nos encontramos através, Sr. Presidente, das exportações. O documento não declara, mas o Governo se propõe a exportar 40 bilhões de dólares até 1984. Não vemos nem como se conseguir isso nem a importância desse fato, Sr. Presidente.

Não há como se prever, para 1984, uma exportação de 40 bilhões de dólares, uma vez que não temos o controle sobre os mercados, uma vez que a atmosfera atual é francamente recessionista e os países compradores estão tendo um cuidado milimetrado com as suas balanças comerciais. Nada obstante, o Governo estabelece esta meta pela palavra do Sr. Ministro da Fazenda, de 40 bilhões de dólares.

Pergunto-me, baseado em quê? Deve haver outros parâmetros que amarram esta proposta e, no entanto, não se encontram no III PND.

Não pode a palavra de um Ministro sair à toa, corroborada, repetida por outros Ministros da área econômica. Estabelece-se a meta de 1 milhão e 200 mil empregos anuais, isso também se fundamenta em uma série de outros parâmetros, que levam o nível da atividade econômica a um determinado patamar, não se estabelece como, nem porque.

Propõe-se, Sr. Presidente, uma distribuição da renda conjugada com o crescimento acelerado. Nós não vemos qualquer indício de que isso possa acontecer em um futuro razoavelmente previsível.

Na área social, Sr. Presidente, o documento é simplesmente lamentável. Recebeu críticas, inclusive, do próprio Ministro da Educação, o Sr. Eduardo Portela, que o tachou de lacônico, de omisso, de desidioso. Estabelece dois parágrafos, apenas, se muito, para um ponto fundamental para um País em vias de desenvolvimento, que é o problema educacional.

Ora, Sr. Presidente, nenhum economista de bom senso, hoje, deixaria de colocar um coeficiente para o nível de aculturamento de uma população, quando estabelece metas de desenvolvimento econômico. Já foram feitos estudos exaustivos, lembraríamos o trabalho de Solon, nos Estados Unidos, que estabeleceu matematicamente uma correlação entre o nível de educação e a capacidade de realizar e os níveis de crescimento econômico. Se não fora essa referência, talvez um tanto formal, lembraríamos o exemplo da história, lembraríamos, Sr. Presidente, o caso da Alemanha e do Japão. Países onde, depois do holocausto da 2ª Grande Guerra, não restou pedra sobre pedra, não restou mais do que um amontoado de tarugos fumegantes. Hoje, Sr. Presidente, elevam aos olhos do mundo uma civilização situada muito à frente da maioria dos países vencedores, entre os quais nós nos situamos. Graças ao nível de aculturamento, graças à capacidade de sua população de aspirar e construir.

Sr. Presidente, este documento estabelece dois parágrafos apenas sobre educação para um país com quase 40 milhões de analfabetos. Assim também na área da Previdência Social. Assim também, Sr. Presidente, em inúmeros outros setores. Não há como discutir este documento. Ele é simplesmente para ser lamentado. Votamos contra e lamentamos também votar contra as ressalvas bem intencionadas, bem propositadas do nobre Sr. Relator. Pelo simples fato de aceitarmos as suas ressalvas estaríamos também aceitando esta metodologia nefasta que depõe, inclusive, contra a seriedade do Governo, e que revela a nu, tira a máscara, tira o véu da farsa desta ideologia tecnocrata e que há muito tempo estabeleceu como critério de mando e de predomínio absoluto uma certa ciência do qual eles são senhores, da qual se sentem tão ciosos e pela qual se sentem tão respeitados. Muito obrigado, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Ruy Côdo (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côdo, para encaminhar a votação.

O SR. RUY CÓDO (MDB — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional reúne-se esta manhã para discutir um projeto do Governo, o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para os exercícios de 1980 a 1985.

Não acredito que éste projeto tenha sido elaborado por S. Exª o Sr. Antônio Delfim Netto. Parece-me que foi pelo Ministro anterior, e quando S. Exª ocupou a Secretaria do Planejamento já estava executado este plano. Mas, como disse um colega nosso aqui — e se me permitir que cite até o nome, eu digo — este plano é uma piada. É uma verdade, Sr. Presidente. É um plano que não diz nada. É um relatório governamental que, lamentavelmente, só vai servir para absorver ainda mais a renda do Governo, com a impressão deste documento e a sua distribuição a todos os setores governamentais, tanto o federal quanto o estadual e o municipal, como a outros órgãos educacionais para dele se utilizarem como uma amostragem aos alunos das escolas, principalmente as de Economia.

Isto é de deixar a gente triste, porque o Governo apresenta um plano que não abrange totalmente os grandes problemas, como, por exemplo, o da educação, e, conforme bem disse o nobre Deputado Marcondes Gadelha, Líder do Movimento Democrático Brasileiro, que estarreceu o próprio Ministro da Educação. E, infelizmente, num País que precisa preparar o seu povo através da educação, através dos seus professores, dar condições melhores para que a Nação possa realmente caminhar e atingir os seus grandes destinos, infelizmente, o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento vem num simples relatório a esta Casa. E não cita nada, Sr. Presidente, principalmente o problema da criança, neste Ano Internacional da Criança — até como homenagem à criança deveria o Terceiro Plano citar o problema do menor, principalmente os 25 milhões de crianças abandonadas e carentes neste País, que precisam uma atenção especial do Governo.

Não gostaria, Sr. Presidente, de dizer à Nação, principalmente nesta oportunidade, que somente a um lugar caberia esta VI Seção, mas vamos preservar a nossa educação como parlamentar em respeito principalmente a esta Casa, já que o Governo não tem com relação a ela, quando manda um Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento para cá, para ser discutido pelo Congresso, num relatório.

No problema do transporte a mesma coisa. O problema ferroviário brasileiro que se arrasta de longa data, pouco se tem feito por ele, no instante em que a Nação está pedindo petróleo, combustível para locomover os seus veículos, e estão as indústrias, naturalmente, a produzir milhares de veículos. Entretanto, o transporte ferroviário que é básico num País — a porcentagem maior nos Estados Unidos, no setor de transportes, é o transporte ferroviário — há quanto tempo está abondonado? Em São Paulo, principalmente a ex-Companhia Paulista que era o símbolo de transporte, o Governador resolveu eliminá-la. Foi inclusive o Governador Carvalho Pinto que a transformou em entidade pública. Era uma empresa orgulho de São Paulo. O mesmo aconteceu com outras tantas empresas brasileiras de São Paulo, como, por exemplo, a Sorocabana, a própria Mogiana. Mas, há muito tempo, o Governo não vem adotando verbas necessárias e falando diariamente no transporte ferroviário.

Temos também 7.500 km de mar. O que nós temos feito a respeito de transporte marítimo? Nada, lamentavelmente.

Mas o que eu tenho a dizer a esta Casa, nesta manhã — não vou entrar nos outros detalhes — que a votação do Movimento Democrático Brasileiro contra, não só o MDB deveria votar contra mas também a Aliança Renovadora Nacional, com respeito das ressalvas do ilustre Deputado que a examinou.

Era o que eu tenha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, lamentando profundamente que o III Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1980 a 1985, nada comentou a respeito da criança brasileira, colocando em situação terrível o próprio País.

Essa criança marginalizada de hoje será o criminoso, o marginalizado de amanhã, que estará ocupando as cadeias. É o que nós não queremos. Queremos que as crianças se transformem em produtoras de riquezas e não consumidoras de impostos. E é o que está acontecendo neste País.

Então, é preciso olhar para trás e para frente, agora, sempre. Porque se olharmos para trás vamos verificar que os homens de hoje, recolhidos às prisões, foram as crianças abandonadas de ontem. E as crianças abandonadas de hoje, transformadas em "trombadinhas", nós as veremos amanhã como criminosos que nada produzirão para a Nação.

A Nação precisa depositar todos os seus recursos na criança, porque é a única maneira de construir este País. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (ARENA — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como relator do projeto do III PND, gostaria de fazer algumas observações relacionadas com as ponderações feitas pelo ilustre Líder da Oposição. Lamento que provavelmente a Oposição não tenha examinado com maior profundidade e percuciência o parecer do Relator. O próprio parecer do Relator faz, nas suas conclusões, uma colocação bastante direta e objetiva, em que expondo a sua crítica ao documento, em si, no que diz respeito a sua excessiva flexibilidade, além de mostrar-se profundamente qualitativo e genérico, e às vezes pouco preciso em muitos pontos e aspectos.

Mas o fundamental, que nos moveu no exame da matéria, foi verificar até que ponto a estratégia consubstanciada no documento refletia efetivamente, a opção adequada, viável e coerente, aberta à economia nacional, nesta difícil etapa do seu processo de desenvolvimento econômico.

A estratégia como está colocada, como está proposta, mesmo de forma qualitativa, com algumas imprecisões, com algumas colocações às vezes um pouco dúbias, define determinados componentes, determinadas orientações e diretrizes que podem ser sintetizadas, pelo menos, em três pontos que refletem não tão-somente o ponto de vista deste relator, mas o ponto de vista dos economistas que deram respaldo integral a essa estratégia; reflete o ponto de vista dos empresários nacionais que deram respaldo a essa estratégia e reflete, também, o bom senso no que diz respeito a determinados pontos.

Em primeiro lugar, a estratégia, com todas as falhas nos seus aspectos formais e em alguns dos seus aspectos substantivos, além das imprecisões e restrições do documento, que nós fizemos ver no Parecer. Ela consubstancia três elementos que estabelecem marcos fundamentais nessa etapa do desenvolvimento nacional. Não há nenhuma discordância ou contraversia, a quase unanimidade das opiniões neste País. Em primeiro lugar, não podemos admitir nenhuma alternativa de política econômica apoiada em uma opção recessiva para um país onde as demandas sociais atingem níveis tão elevados. Qualquer preocupação obsessiva com o controle da inflação, que pudesse levar a uma redução nos índices de atividade econômica, geraria problemas políticos e sociais simplesmente incontroláveis pela queda nos níveis de emprego e de atividade econômica, inclusive com efeitos parciais sobre os níveis de renda daquelas populações mais sacrificadas. Então, a adoção do crescimento acelerado, abjurando qualquer política de caráter recessivo, representa, no ponto de vista comum, a única opção aberta para responder aos problemas objetivos aumentados pelo País.

O segundo princípio da estratégia é a aceitação, pela primeira vez neste País, de um postulado fundamental. Sempre os economistas ortodoxos levantaram a posição de que seria impossível realizar crescimento econômico com redistribuição de renda. A definição desta intenção está devidamente caracterizada no documento e permeada em várias das políticas ali estabelecidas.

Esperamos que elas sejam cumpridas, esperamos que instrumentos objetivos venham a ser criados, venham a ser desenvolvidos, venham a ser estabelecidos, de forma que se consubstancie e se caracterize efetivamente essa opção feita.

O terceiro ponto dessa estratégia é a aceitação do princípio de que crescer de forma acelerada poderá, nas circunstâncias específicas que caracterizam a economia brasileira, ser realizado com o controle da inflação. Não resta a menor dúvida de que será uma estratégia difícil, de que será uma estratégia de difícil controle, acompanhamento e difícil realização. Mas faz parte, juntamente com os outros princípios mencionados, da difícil solução de compromisso para esta hora.

Controlar a inflação com crescimento acelerado deverá exigir que tal crescimento acelerado seja acompanhado daqueles mecanismos que permitam, como foi expendido no documento, a utilização de margem de ociosidade da indústria, o impacto positivo de abundantes safras agrícolas, a utilização de controle rígido de determinados desequilíbrios setoriais, a utilização de determinados mecanismos de controle de deficiências da própria política monetária e financeira do Governo, o disciplinamento do setor financeiro para que esse crescimento acelerado não implique em elevação dos níveis de preço no País.

Não se espera, de imediato, a redução das taxas de inflação. O que se espera é que haja uma redução do ritmo de expansão dessa taxa. O que se espera é que, no final de 1980, comecemos a reverter, efetivamente, as tendências de crescimento da inflação, com redução das taxas de inflação no País. A estratégia é difícil, a estratégia é ambiciosa, a estratégia é otimista, mas representa a única opção viável, no momento, aberta ao País. A opção anterior da redução dos níveis de atividade econômica implicaria em crise de emprego. E pior do que receber uma injusta remuneração ou perceber uma renda baixa, um nível de renda execrável por todos os brasileiros, é estar totalmente marginalizado do mercado de trabalho. E a opção de não crescer gera simplesmen-

te a impossibilidade de criar os empregos fundamentais para uma população emergindo para o mercado de trabalho e para uma população já hoje marginalizada deste mesmo mercado de trabalho.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de fazer três pequenas observações, que são fundamentais. O documento não traz números explícitos, mas o parecer do Relator mostra os números implícitos nesse documento, as taxas de crescimento esperadas nos vários segmentos. E quanto à estratégia de exportação, na atual etapa, até que se possam efetivar as transformações fundamentais na estrutura econômica brasileira, necessariamente não há outra alternativa. Dever-se-á procurar expandir as exportações.

Gostaria de lembrar às Lideranças da Oposição que o crescimento do mercado internacional, hoje, se situa na faixa de 15%... Aqui, no documento, houve honestidade da parte do Governo em não dizer que pretendia crescer as exportações nessa taxa de 23%, até chegar a 40 bilhões de dólares. Aqui, são projeções de intenções, são desejos e não compromissos, porque, na verdade, na estrutura instável, desequilibrada e imprevisível em que o mundo atual vive, é impossível estabelecer parâmetros rígidos. Seria irresponsabilidade, seriam projeções meramente acadêmicas, e seriam compromissos que distorceriam o comportamento do setor privado ou o orientariam, de forma inadequada, para aquilo que efetivamente não se pudesse realizar.

Sr. Presidente, permita-me, ainda, registrar uma observação. É que, como Relator, havia perguntado à Oposição se haveria discussão da matéria pela Oposição, e a resposta fora a de que não haveria. Assim, não aproveitei o tempo da discussão, e pediria e benevolência de V. Exª para tecer dois comentários finais. O Relator fez as ressalvas, a política social foi mudada dentro daquilo que pensava a maioria dos especialistas, inclusive do Ministério da Educação e Cultura, porque o que está aí é o pensamento do próprio Ministério, na ressalva do Relator. A política de saúde foi feita para dar substância àquilo que estava vazio dentro do documento. A política regional também, a política tributária também, até um capítulo integral sobre os objetivos do PND foi totalmente mudado.

Sr. Presidente, lamento que não haja mais tempo para fazer um comentário sobre o assunto. Não é que eu ache que este documento seja um documento bom. Acho que ele tem falhas, tem vícios, tem incorreções, tem imperfeições, mas, em termos de rumo, de caminho, há uma definição objetiva. E essa definição deverá ser controlada, acompanhada, pelo Congresso Nacional como está aí ressalvado. Que se inclua dois itens ao projeto de resolução que obriga a estabelecer a necessária quantificação e acompanhamento para que não ocorra aquilo que ocorreu com o Orçamento Nacional que foi aqui aprovado sem a presença de ninguém, nem da Oposição, nem da Situação. Ressalve-se apenas o esforço, o interesse e a dedicação dos Deputados Nivaldo Kruger e Milton Figueiredo na discussão da matéria, ninguém quis verificar que ali estava apenas colocado 1,4% para saúde, num País cheio de doentes como este nosso.

Que houve omissão, e omissão intolerável, da própria Oposição, quando da discussão com o Sr. Ministro Delfim Netto que aqui fez as colocações em defesa do documento. O Relator esperava que houvesse colocações bastante ponderáveis, bastante elucidativas, que melhor encaminhassem este projeto, mas, lamentavelmente, o Ministro Delfim Netto veio aqui e não encontrou interlocutores em função das argumentações colocadas.

Senti-me, naquela oportunidade, bastante prejudicado no meu trabalho, porque, infelizmente, não recebi nenhum subsídio. As ressalvas que estão aqui são frutos do trabalho do Relator exclusivamente, e de algumas contribuições de parlamentares do Partido da situação.

Sr. Presidente, acreditamos que com o OPI — o Orçamento Plurianual de Investimento — com o Orçamento Anual, com as propostas de fazer com que o Governo mande um plano definindo metas quantitativas no início de cada ano e com a obrigatoriedade, que pedimos, de mandar o Governo relatório semestral do que ele está fazendo, a não quantificação fica cobrada e melhor caracterizada.

E cabe a este Congresso não criar uma cortina de fumaça em torno dos grandes problemas, porque o País é testemunha de que este Congresso Nacional, deslocando-se para as discussões inócuas e estéreis de temas como o desta reforma partidária, de temas como estes, temas de natureza política institucional, esqueceu o povo, e o esqueceu em muitos momentos, de não discutir aquilo que o afetava, a carestia, o desemprego, a marginalização social, a violência. Foi a conivência total do Congresso que faz, inclusive, com que ele, em uma discussão de matéria desta relevância — e a Oposição que teria o dever maior não esteve presente em momento nenhum — fizesse com que a Nação hoje visse a própria classe política do Congresso Nacional distanciada dos seus grandes problemas, discutindo, às vezes, repito, o inócuo, o estéril e o efetivamente postergável.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Felippe Penna.

O SR. FELIPPE PENNA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O assunto hoje é estritamente o do Relatório da Comissão.

Gostaria de fazer duas considerações a respeito. O que temos criticado, e tive oportunidade de fazê-lo na ocasião em que o Ministro Delfim Netto aqui se encontrava, para debater o assunto, foi exatamente não só, em primeiro lugar, a ausência de metodologia quantitativa, mas um ponto muito mais importante, é que o próprio Plano, como aliás, os outros planos anteriores, que têm o nome de Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, foi feito de cima para baixo. Deveria ser feito de uma maneira diferente: com a participação de todas as classes.

Nós temos o exemplo da França que, de certa maneira, nos ilustramos para fazer esse sistema de planejamento no Brasil, onde o Plano conta com a participação dos sindicatos, de todas as classes sociais, desde uma representação onde há bastante discussão a respeito do tipo de representação, mas a realidade é que há participação de todos na elaboração do Plano.

Um plano de desenvolvimento não é apenas um pedaço de papel. Para ser algo mais do que um pedaço de papel, precisa contar com a participação de todas as classes. O que nós observamos naquela ocasião, sem resposta do Governo, sem resposta do Ministro do Planejamento, foi que como poderia enfrentar graves problemas como este, que são expressos no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, uma série de problemas, sem que houvesse a participação de todas as classes? E como poderia haver participação de todas as classes, sem a participação efetiva do Congresso Nacional?

As condições limitadas em que temos para apenas oferecer ressalvas, são insuficientes para discutir um assunto dessa magnitude. Por exemplo, o nobre Deputado Paulo Lustosa acabou de falar na questão do emprego e no conflito que há entre o combate à inflação e a manutenção do nível de empregos.

É possível haver essa conciliação, como está sendo anunciada agora, na fase do Ministro Delfim Netto. Mas para isso é necessária, no nosso entender, uma reforma profunda na estrutura fiscal, que certamente o nobre Líder Paulo Lustosa reconhece como necessária para podermos conciliar esses objetivos aparentemente inconciliáveis. E, realmente, seria grave, se um combate à inflação feito pelos métodos clássicos no momento viesse a redundar em uma redução de empregos, porque a manutenção do emprego, a ampliação do emprego, um objetivo que a Oposição considera fundamental para a redistribuição de renda. Não poderemos fazer qualquer movimento no sentido de redistribuição de renda sem que haja uma política de emprego que sustente a parte da população que está empregada nos empregos. Sem uma política de emprego, isso seria impossível. Mas, para que isso seja conciliado com o combate à inflação, é fundamental que haja uma integração do Congresso nesse processo, o que não há no momento. Não há das classes, porque o PND é feito de cima para baixo. Isso já não é um vício desse plano de desenvolvimento, é um vício dos outros anteriormente, em que o plano é feito nos rarefeitos ares dos escritórios aqui de Brasília, sem participação das classes de um modo geral.

A crítica fundamental que pode ser feita é, além desse aspecto, o problema que eu creio que não está sensibilizando esta Casa; não é um problema da Oposição só, é um problema da Oposição e do Governo, de todos os parlamentares, que é o seguinte: a colocação de um plano, e ainda bem que o relator detalhou e entrou nas ressalvas que foram feitas; eu creio que o relator fez um excelente trabalho, mostrando uma série de imperfeições, uma série de problemas existentes no relatório. Mas, o método usado em si tem uma agravante para o Congresso, para a Oposição e para o Governo. Qual foi esse método? O método foi no sentido de não se quantificar, de não se amarrar tecnicamente os recursos aos objetivos, de modo que pudéssemos saber exatamente acompanhar do Congresso esses planos. Fazendo como foi feito, há uma situação mais grave do que os planos anteriores, porque se a coisa não está bem amarrada, a responsabilidade passa do plano, digamos assim, para os planejadores. Passa da mitificação do plano, para a mitificação dos planejadores. Isto é algo que vem em detrimento do Congresso Nacional, em detrimento da Câmara dos Deputados e do Senado. Não há a menor dúvida quanto a isso, porque por imprecisão, pela vaguidão que é reconhecida no voto do relator com relação aos objetivos, a conseqüência disso é que os planejadores podem fazer à sua maneira, e o Congresso dificilmente poderá acompanhar algo que está vago.

Para comprovar o que eu estou dizendo, basta ver que há na legislação pertinente um artigo que diz que é possível a alteração desses valores desses planos. A prova, portanto, é que estava na idéia do legislador o princípio de que isso seria acompanhado em termos objetivos.

É claro que o relator, aqui, introduziu uma ressalva no sentido de que sejam mandados elementos para que nós possamos efetivamente acompanhar, elementos quantitativos, o que comprova a tese de que a falta de quantificação torna o Congresso impotente para acompanhar. Isso acho grave, porque se o Governo se julga diante dessa situação impotente para controlá-la, nós, não podemos, de modo nenhum, concordar que isso fique dessa maneira. Há uma disputa de poder entre os tecnocratas e o Congresso, e nesse ponto nós temos que ficar com o Parlamento, e não admitir que isso seja colocado dessa maneira vaga, como está.

De modo que eram essas as considerações que eu queria fazer, concordando com o esforço feito pelo relator para introduzir todas as ressalvas que foram feitas, uma grande parte delas pelo próprio relator, mas, que eu queria dizer também, algumas com a nossa desvaliosa contribuição. Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Figueiredo.

O SR. MILTON FIGUEIREDO (ARENA — MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Já se falou nesta Casa sobre todos os defeitos do III PND. Tanto os Deputados da ARENA quanto os do MDB procuraram apenas o lado negativo, o lado discutível de um plano que é menos um plano, que é uma carta à Nação definindo as intenções do Governo para a gama de necessidades do País.

Em Primeiro lugar, eu entendo que Plano Nacional de Desenvolvimento não deve ser quantificado, não pode ser quantificado, principalmente num País como o Brasil, onde os fatos econômicos, o crescimento econômico, o desenvolvimento econômico atropelam a própria vida institucional brasileira.

Estamos assistindo diariamente os problemas extraterritório brasileiro que desenvolvem uma modificação total nos pré-planos estabelecidos pelo Governo.

Entendo que o PND foi feito para uma nação do 3º mundo, foi feito para uma nação de economia de desenvolvimento emergente, daí a sua qualidade maior que é um otimismo bem definido acreditando nas condições nacionais, nas condições do homem brasileiro, de todos os setores econômicos nacionais sejam capazes de desenvolver as suas atividades, a fim de que proporcione ao Brasil esse rescimento da sua economia na ordem de 7 a 9% ao ano.

Primeiro ponto positivo deste Plano: a sua crença maior no homem brasileiro, a sua crença maior na capacidade multiplicadora da economia nacional, demonstrando nas suas linhas e entrelinhas o pensamento claro do seu autor, que é o Ministro Delfim Netto, quando ele prevê a expansão da agropecuária a 15% entre as 6 definições maiores deste Plano. Apenas definições; esta carta de intenção define a política nacional para os 6 anos do Governo Figueiredo.

Ele é flexível por isso, Sr. Presidente, porque não se pode ter um plano, um mero palano, eminentemente rígido em seus números, na sua quantificação e qualificação. Deixaria de ser um plano, seria um orçamento plurianual de investimento anual, ou então a própria lei orçamentária, na sua parte analítica, que define as obras e serviços que o Governo irá efetuar nesse ano.

Entendo que o PND tem várias qualidades, a sua flexibilidade, o seu caráter qualificativo resumido e que garante um sentido genérico em que as realizações do Governo têm de ser definidas pragmaticamente e à medida em que os recursos do Tesouro consigam que haja recursos preestabelecidos para a sua execução. O controle rígido dos órgãos da administração descentralizada será grande realização no sentido do controle e do acompanhamento feito pelo Governo. Reflete o PND, realmente, as intenções do Governo de um Brasil que se desenvolve, de um Brasil que tem necessidade enormes de recursos para que se possa investir em obras e em serviços realmente capazes de produzir desenvolvimento econômico setorial, ou regional, ou global do Brasil.

De modo que essa é a minha opinião, Sr. Presidente. As qualidades do PND, as qualidades da filosofia defendida pelo III PND, por essa carta de intenções que se chama III PND, são muito maiores do que os seus defeitos formais.

Aliás, diga-se de passagem que esta mensagem do Governo recebeu do seu relator, Deputado Paulo Lustosa, um trabalho extraordinário de técnica e conhecimento de economia, de macroeconomia, de economia regional. O relator prestou a esta Casa um grande trabalho, ofereceu a esta Casa um dos relatórios mais claros, um dos relatórios mais coerentes, um dos relatórios mais sábios que se apresentou nesta Casa, neste período, porque, como eu, ele e alguns entendem que não se pode quantificar, que não se pode definir, a nível de projeto, num plano global. O que há de mais sério é a visão otimista, é a visão de crença no Brasil, é a visão que está permitindo ao Ministro Delfim Netto a confiança que ele inspira na realização das obras e serviços, das metas e dos projetos definidos por este Programa Nacional de Desenvolvimento.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cantídio Sampaio, que falará como Líder.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nada diz melhor e mais significativamente do que seja este Plano que a apresentação que dele faz o Exmo. Senhor Presidente da República. Segundo a Mensagem que encaminha ao Congresso Nacional o III Plano Nacional de Desenvolvimento, diz Sua Excelência que este Plano tem na devida conta o fato de que, para ser flexível, realista e válido, deve ser um documento normativo, que contenha a política nacional de desenvolvimento e seus desdobramentos sem metas quantitativas, desaconselhadas pelo próprio dinamismo do sistema sócio-econômico.

Sr. Presidente, de que vale quantificar quando sabemos que, hoje, predominam variáveis de ordem universal, que tendem, ainda alguns instantes, subverter e controverter tudo aquilo que se tenha posto orgulhosamente à guisa de plano sobre o papel? A humanidade vive momentos de grande ansiedade e, principalmente, insegurança. Num instante reúnem-se os países produtores de petróleo e lançam ao mundo ônus que repercutem nas economias dos países, de maneira a praticamente levá-las à confusão e aos caos, principalmente as economias subdesenvolvidas, assoladas não só pelo preço do petróleo, mas também pelo preço repassado ao custo das utilidades importadas dos países desenvolvidos.

Diante desta instabilidade universal de fatores que escapam ao nosso controle, de que adiantaria o Governo elaborar um plano quantificado, com metas determinadas, de maneira micrométrica, para, simplesmente, no decorrer de sua execução, todos nós ficarmos conscientes de que nada foi obedecido, ou, pelo menos, ao final, o Governo procedeu como se nada estivesse quantificado, atuando ao sabor dessas circunstâncias que governam e impõem as suas condições a todas as Nações do Mundo?

Ora, Sr. Presidente, é este realismo que deve nortear os Governos diante do quadro que têm, para condicionar o seu procedimento. E quando falo Governo, refiro-me a Governo *lato sensu*, abrangendo a nós, componentes do Legislativo Nacional, para que também tenhamos os pés no chão, para que as nossas exigências se casem com este quadro que venho de pintar, para que não estejamos aqui classificando de inútil um plano que estabelece metas, que estabelece rumos, um plano flexível, que deve conjugar-se com os demais planos orçamentários que passam por esta Casa, o Plano Plurianual, que tem um sentido mais limitado no tempo e pode, portanto, sofrer os condiconamentos quantitativos que se querem impor a um plano a longo prazo, como é um Plano de Desenvolvimento Econômico.

Sr. Presidente, queremos congratular-nos com o trabalho do ilustre Deputado Paulo Lustosa, com a análise percuciente que fez deste plano, com as ressalvas que apresentou, aprimorando-o ainda mais. O ilustre relator, refletindo o pensamento da Comissão de que participou, com o trabalho que oferece à consideração do Plenário, colocou a questão em termos racionais e objetivos, que merecem a acolhida desta Casa com o melhor e o mais cincero aplauso.

Sr. Presidente, queira Deus que estes objetivos, aqui traçados de maneira geral, possam ser plenamente alcançados, que estas condicionantes que escapam ao nosso controle possam receber daqueles a que estão vinculados uma dose de reflexão, de bom senso, de compreensão de que principalmente as nações subdesenvolvidas precisa receber dos que detêm o poder econômico um pouco de alento, um pouco de incentivo e, principalmente, uma dose de segurança para que possam, os seus governantes, comportar-se segundo as grandes exigências do povo que representam. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do MDB.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3, DE 1979-CN

Aprova o III Plano Nacional de Desenvolvimento.

O Congresso Nacional resolve:

Artigo único. É aprovado o III Plano Nacional de Desenvolvimento com as seguintes ressalvas:

Ressalva n.º 1

Capítulo V — Seção 2.

Inclua-se, após o 2.º período da pág. 79, o seguinte:

"Deverá proceder a União profundo reexame da atual organização política e divisão territorial do País, com vistas ao pleno atendimento do objetivo de correção das disparidades regionais e sub-regionais."

Ressalva n.º 2

Capítulo V — Seção 2.

Acrescente ao 3.º parágrafo da pág. 83, após a expressão "... Capital Federal.", o seguinte:

"alentando, quanto possível, as verbas do POLOCENTRO e dos outros programas em realização."

Ressalva n.º 3

Capítulo V — Seção 2.

Substitua-se o período final da pág. 82, que termina na seguinte, pelo que segue:

"No Centro-Oeste, o esforço de desenvolvimento privilegiará as ações voltadas para a máxima mobilização possível de seu vasto potencial agropecuário e agroindustrial, inclusive nas áreas dos cerrados. Buscar-se-á conjugar a atuação das diferentes esferas de Governo — particularmente o dilargamento das fronteiras do POLOCENTRO e dos outros programas existentes — para o apoio direto à diversificação e expansão das atividades produtivas e para a ampliação e consolidação da infra-estrutura econômica e social, particularmente dos transportes, energia, comunicações e sistema de armazenagem e silos."

Ressalva n.º 4

Capítulo V — Seção 2.

No 2.º parágrafo da pág. 83, onde se lê: "Continuará prioritário o apoio à implantação e consolidação do Estado do Mato Grosso do Sul."

Leia-se:

"Em observância às disposições da Lei Complementar n.º 31, continuará prioritário o apoio do Governo Federal à implantação do Estado do Mato Grosso do Sul e à consolidação do Estado do Mato Grosso."

Ressalva n.º 5

Capítulo V — Seção 1 — ii.

Na página 62, 1.º parágrafo, onde se lê:

"Conseqüentemente, as principais definições..."

Leia-se:

"Conseqüentemente, as principais indicações..."

Ressalva n.º 6

Capítulo V — Seção 1 — ii.

Na pág. 62, substitua-se o período "— conceder prioridade e apoio..." pelos seguintes:

"— conceder prioridade e apoio integral à substituição do uso de derivados do petróleo. Os respectivos programas devem concentrar-se nas soluções já testadas e comprovadamente viáveis. a exemplo do carvão como substituto da nafta para gás, do óleo combustível para indústria cimenteira, aliado ao alcatrão oriundo do babaçu; do álcool como substitutivo dos automotivos."

"— os projetos devem contemplar, de preferência, regiões adrede escolhidas, onde as condições ecológicas e sócio-econômicas propiciem maior rapidez de resposta ao problema, resguarde aceitáveis níveis de eficiência privada, evite pontos de estrangulamento ou excessos não comercializáveis de produtos energéticos e, acima de tudo, facilitem a política de correção dos desníveis regionais."

Ressalva n.º 7

Capítulo V — Seção 1 — iii.

Ao final do Setor Educação e Cultura, à pág. 65, acrescente-se o seguinte:

"— apoio ao desenvolvimento das pesquisas, notadamente tecnológicas, com vistas às necessidades do País:

— apoio à valorização do Professor;

— definição do papel da escola privada no desenvolvimento da educação e da cultura no País."

Ressalva n.º 8

Capítulo V — Seção 2.

Acrescente-se ao final do 3.º parágrafo da pág. 81, o seguinte:

"... onde as condições ecológicas e sócio-econômicas propiciem maior potencial de respostas em termos de resultados físicos, resguardem aceitáveis níveis de eficiência privada, evite pontos de estrangulamento ou excessos não comercializáveis de produtos energéticos e facilitem a política de correção dos desníveis regionais."

Ressalva n.º 9

Capítulo V — Seção 1 — iii.

Após o 1.º período do Setor "Habitação Popular", à pág. 69, acrescente-se:

"Criar condições para que haja possibilidade de obtenção de áreas urbanas onde se instalem as populações de baixas rendas."

Ressalva n.º 10

Capítulo V — Seção 1 — v.

Acrescente-se ao Setor de Transportes, à pág. 73, a seguinte linha principal de ação:

"— aproveitamento das linhas naturais de circulação, preferencialmente, como corredores de transportes."

Ressalva n.º 11

Capítulo V — Seção 2.

Acrescente-se às medidas que beneficiem o Nordeste, após o 3.º parágrafo, à pág. 81, o seguinte:

"Estimular-se-á o aumento de atividades terciárias para oferecer novas oportunidades de trabalho, com indicação do "corredor de exportação" que propicie a inversão do tráfego do Sul para o Nordeste."

Ressalva n.º 12

Capítulo V — Seção 1 — v.

Acrescente-se no final do Setor Transportes, à pág. 74, o seguinte:

"— a criação do Fundo Nacional de Transportes."

Ressalva n.º 13

Capítulo V — Seção 1 — ii.

Acrescente-se, no final do Setor Energético, à pág. 63, o seguinte:

"— criar uma política nacional de recursos hídricos."

Ressalva n.º 14

Capítulo V — Seção 2 — Forças Armadas.

Suprima-se no 2.º parágrafo, à pág. 93, a expressão:

"... coordenadas pelo Estado-Maior das Forças Armadas..."

Ressalva n.º 15

Capítulo II.

Substitua-se o "Capítulo II — Objetivos" por:

"Capítulo II — Os Grandes Objetivos Nacionais."

O objetivo-síntese deste III PND, é a construção de uma sociedade desenvolvida, livre, equilibrada e estável, em benefício de todos os brasileiros, no menor prazo possível.

Para tanto, a ação governamental procurará realizar, prioritariamente, os seguintes objetivos nacionais:

I — **Acelerado crescimento da renda e do emprego:**

Dentro das limitações fixadas pela política de combate à inflação e de equilíbrio do balanço de pagamentos, buscar-se-á alcançar uma elevada taxa de crescimento que assegure à criação de oportunidades de emprego em nível suficiente para ocupar de forma produtiva os novos contingentes de mão-de-obra que afluem ao mercado, e bem assim para absorver progressivamente os contingentes de desempregados e subempregados atualmente existentes.

O acelerado crescimento que se pretende para a sociedade brasileira, deverá assentar-se preferencial e prioritariamente, na empresa privada nacional, através do seu efetivo fortalecimento.

II — **Melhoria da distribuição de renda, com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo:**

É fato reconhecido que a acelerada expansão econômica da última década, beneficiou de forma desigual às diferentes classes sociais do País, pois a renda média das populações de menor poder aquisitivo foi a que cresceu com menor rapidez.

Não obstante, esta constatação não invalida a opção de crescer rápido. Uma das razões que fundamentam esta opção é exatamente a necessidade de criação de mais empregos, de modo a proporcionar à democratização das oportunidades de trabalho e a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda ou em regime de pobreza absoluta.

O rápido crescimento da economia pode e deve, portanto, esr conjugado com o objetivo de melhor distribuir a renda gerada. Dentro deste princípio, a política de distribuição da renda será coerente com a manutenção das liberdades democráticas, inclusive com respeito às negociações salariais. Praticará a legítima discriminação do uso dos instrumentos fiscais em benefício da justiça social e será orientada para a obtenção de crescente disponibilidade e acesso aos serviços de educação, saúde, saneamento e previdência social, bem como de moradia, alimentação e transportes.

Assim, a política de distribuição de renda, deverá apoiar-se não só na democratização das oportunidades de emprego, como também na alteração do perfil de investimentos nacionais, privilegiando setores de maior efeito redistributivo como a agricultura; na ampliação do esforço com vistas ao desenvolvimento do Nordeste, pois, ali se encontra a maior parcela de pobreza absoluta do País; no apoio às pequenas e médias empresas; em uma eficiente e justa política salarial, em uma agressiva política social e; em uma adequada modificação da política tributária.

III — **Redução das disparidades regionais:**

Uma política adequada de distribuição de renda exige, ainda, que se privilegie o desenvolvimento das áreas densamente habitadas e carentes de recursos — caso do Nordeste. assim, como as grandes áreas que exigem cautela e disciplina na sua efetiva incorporação à economia nacional, a exemplo da desejada ocupação não predatória da Amazônia.

IV — **Contenção da Inflação:**

Desorganizando o sistema de preços, a inflação destrói os mecanismos de mercado que garantem a gestão eficiente de uma economia brasileira e a melhoria dos níveis de bem-estar de nossa ma perversa, o padrão de distribuição de renda, penalizando, às famílias de mais baixa renda.

Por isso, o controle da inflação é condição essencial para assegurar a eficiência, a estabilidade e o crescimento continuado da economia brasileira e a melhoria dos níveis de bem estar de nossa população.

V — **Equilíbrio do balanço de pagamentos e controle do endividamento externo:**

As transformações da economia mundial, decorrentes da crise do petróleo, a partir de 1973, impuseram pesado tributo à economia brasileira, fazendo ressurgir o estrangulamento externo como uma das restrições mais severas ao desenvolvimento do País. Crescentes déficits de transações correntes exigiram o recurso cada vez mais intenso ao endividamento externo.

Por isso, a expansão das exportações constituirá uma condição fundamental para assegurar o crescimento do País.

VI — **Desenvolvimento do setor energético:**

A crise do petróleo pôs em relevo o papel estratégico do setor de energia, como uma das restrições mais importantes aos objetivos de desenvolvimento do País. A política do Governo, nesse campo, visa a definir um novo modelo energético, com menor dependência externa, através da substituição de fontes importadas de energia por fontes nacionais. Dar-se-á prioridade à substituição dos derivados de petróleo (por carvão e álcool, por exemplo), à intensificação dos programas de pesquisas e exploração da .... PETROBRÁS, à aceleração do Programa Nacional do Álcool, ao aumento da geração de energia hidroelétrica, à incorporação da tecnologia da energia nuclear, à pesquisa para aproveitamento do xisto e de fontes não convencionais (energia solar, eólia, maremotriz ou oriunda do hidrogênio e fontes vegetais) e, de um modo geral, buscar-se-á alcançar maior economia e racionalização no uso de energia de diferentes origens (através da pesquisa tecnológica e da substituição do transporte individual pelo transporte coletivo, por exemplo).

VII — **Aperfeiçoamento das Instituições Políticas:**

Além do progresso material, a execução deste plano visa à obtenção de padrões dignos de vida e convivência social, dentro de um verdadeiro estado de direito que assegure a maior representatividade possível às diversas correntes de opinião existentes no País.

Para o Governo, o objetivo democrático é indissociável da idéia básica de melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, de democratizar às oportunidades, e de eliminar quaisquer discriminações ou preconceitos entre os brasileiros."

Ressalva n.º 16

Capítulo V — Seção 1 — iii.

Introduzir no capítulo específico de Política Social, as seguintes observações, onde couber:

a) a política social visará à redução das desigualdades sociais, concretizada na obtenção de um ritmo acelerado e sustentado de diminuição dos níveis de pobreza;

b) a responsabilidade pela formação de uma sociedade com oportunidades democratizadas, particularmente com relação à população de baixa renda, pertence à sociedade e ao Governo como um todo, comprometendo, de igual forma, a dimensão econômica, social e política do desenvolvimento;

c) para a superação das tendências assitencialistas, residuais e seletivas das políticas sociais, é preciso que não se perca de vista à participação econômica e política da população pobre;

d) a harmonização e convergência dos setores sociais, para a consecução de uma política de redistribuição de renda e de melhoria de emprego.

Ressalva n.º 17

Capítulo V — Seção 1 — iii.

Acrescentar, onde couber, ao Setor Educação e Cultura págs. 64/65, o seguinte:

"A política de educação, cultura e desportos, como parte da política social, se compromete a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferentemente, para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja apenas função da posse econômica e do Poder. Educação é direito fundamental e, ação basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente em sua dimensão cultura, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.

Nas áreas da educação, cultura e desportos assim se descortinam cinco prioridades fundamentais:

— educação **no meio rural,** buscando adequação maior às necessidades básicas da população carente rurícola;

— educação **nas periferias urbanas,** procurando condições mais efetivas de democratização das oportunidades, bem como visando à redução de tendências seletivas contrárias às populações pobres urbanas, especialmente quando migrantes;

— **desenvolvimento cultural,** inclusive como ambiente próprio da educação em sua dimensão permanente, privilegiando-se às manifestações da criatividade comunitária de estilo não elitista;

— **planejamento participativo,** também em sua dimensão técnica e administrativa, bem como no que se refere à valorização dos recursos humanos, principalmente aqueles empenhados na educação fundamental;

— **aperfeiçoamento da captação e alocação de recursos.** Sem desmerecer outras áreas componentes do setor de educação, cultura e desportos, as prioridades se concentram na educação básica e na promoção cultural."

Ressalva n.º 18

Capítulo V — Seção 1 — iii.

Acrescentar, onde couber, ao Setor Saúde e Previdência Social, pág. 65, o seguinte:

"SAÚDE

São prioritárias as ações nas regiões e áreas de maior densidade de pobreza, especialmente as destinadas a superação de deficiências alimentares, combate às endemias e esforços de prevenção das enfermidades de maior significação sócio-sanitária.

O esforço principal será dirigido à reorientação e ao redimensionamento dos serviços de saúde, dentro de uma concepção integrada de sistema, através da cooperação interinstitucional e intersetorial. Tal orientação implicará em impor, através do Ministério da Saúde, um esquema coordenado a nível nacional de todas as ações de saúde.

Tal política, estabelecida através de uma concepção e uma orientação descentralizada do planejamento e de execução da política, incorporando todo o potencial de ação da União, do Estado e do Município, inclusive aproveitando o potencial de apoio das instituições privadas, poderá resultar em maior eficácia e eficiência das ações de saúde do País.

Além da postulação do aumento da cobertura com atendimento hierarquizado, desde cuidados primários até a internação hospitalar, a nova política de saúde deverá ajustar-se às condições nosológicas e sócio-econômicas das várias regiões do País. Adicionalmente, três preocupações deverão estar presentes na implementação das ações do setor:

a) programação de atendimento a toda população brasileira, com projetos especiais para as megalópoles, para outras áreas urbanas e para as populações rurais dispersas;

b) garantia de adequadas dimensões, extensão e abrangência ao Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASSS) com vistas a levá-lo a todo o País;

c) adequação da indústria farmacêutica ao perfil nosológico brasileiro e as condições e exigências sócio-econômicas do País.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Quanto à área previdenciária deveriam ser agregadas, pelo menos quatro pontos adicionais:

i) equalização dos benefícios a serem prestados aos trabalhadores urbanos e rurais, operando, tal providência, entre outros efeitos, o de assentar o rurícola ao seu ambiente natural de trabalho;

ii) incorporação ao regime geral da Previdência Social, de categorias laboriais ainda não integradas;

iii) racionalização dos recursos postos a disposição do setor de saúde e assistência médica, através da implantação de um sistema regionalizado, hierarquizado e integrado, contando com o apoio do Ministério da Saúde e dos Estados e Municípios;

iv) fortalecimento do programa de apoio à execução da política nacional do bem-estar do menor."

Ressalva n.º 19

Capítulo V — Seção 2.

Que sejam incluídos nesta Seção, após o 1.º parágrafo da pág. 81, os seguintes pontos:

"a) o pleno aproveitamento do potencial de recursos de cada região deve voltar-se para o uso de suas vantagens comparativas;

b) a adequada e explícita definição do papel de cada região brasileira no contexto do desenvolvimento nacional;

c) a orientação do esforço e do apoio da União à cada região, segundo a dimensão de seu mais relevante e urgente problema. Assim, se o mais dramático problema do Nordeste é o desemprego, que a ênfase da política federal, para a área seja orientada a patrocinar tal prioridade;

d) o sacrifício de parte do crescimento nacional em favor de bem mais acelerada expansão das áreas econômicas e socialmente mais deprimidas, representa condição fundamental à estabilidade político-social do País.

Assim, os instrumentos básicos de apoio ao desenvolvimento regional poderão situar-se nas seguintes linhas:

a) efetiva implementação de ampla revisão da estrutura tributária nacional, com vistas a diminuir à excessiva concentração de recursos na União e, melhor e mais justa distribuição de rendas públicas entre Estados;

b) implementação da regionalização dos orçamentos da administração direta e indireta do Governo Federal, dando efetivo sentido de eqüidade, pelo menos no que respeita aos orçamentos sociais.

Tal implementação deve basear-se no princípio de que a distribuição regional dos gastos sociais deve tender a aproximar-se da distribuição regional da população brasileira;

c) definição, por parte da União, do critério, segundo o qual, qualquer projeto de iniciativa e responsabilidade do Governo Federal em uma Região, deve ser considerado como apoio da União ao desenvolvimento da referida região. Assim, os projetos de carvão, ferrovia do aço, etc., são projetos que devem ser caracterizados como apoios da União ao desenvolvimento das respectivas regiões;

d) estabelecimento de incentivos efetivamente diferenciadores por regiões, assim considerados os incentivos fiscais financeiros, os subsídios, a política de preços de insumos básicos controladas pelo Governo, dentro do objetivo de proceder, efetivamente, à descentralização econômica, à descompressão urbana e a redução de disparidades regionais; e

e) estabelecimento, pela União, do princípio de que toda vez que for instituído ou manipulado um instrumento de política econômica, deverá ele conter em seu bojo, mecanismos compensatórios dos possíveis efeitos adversos ou prejudiciais, que possam causar aos objetivos regionais."

Ressalva n.º 20

Capítulo IV — Seção 2

Inclua-se onde e como couber:

Área de Mercado de Valores Mobiliários

A política de mercado de valores mobiliários visará ao estímulo do mercado de capitais, permitindo-lhe assumir decisivo papel na capitalização da empresa privada nacional, na repartição social dos resultados de desenvolvimento e na dispersão da propriedade.

Com esses objetivos, procurar-se-á:

— estimular o aumento do fluxo de poupança a ser alocada através do mercado, em função da decisão de crescente número de indivíduos e entidades, e criar condições de liquidez através de um ativo e ordenado mercado secundário;

— promover um mercado eficiente, pelo aprimoramento da intermediação, estímulo à competitividade e ao aumento da confiabilidade e proteção ao público investidor, notadamente o pequeno;

— utilizar a regulação como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, sem inibir as livres forças do mercado, propiciando a elevação do padrão ético e técnico de seus intervenientes.

Área de Seguros e Previdência Privada

A política de seguros e previdência privada visa principalmente:

— a expansão do mercado interno e sua crescente integração no processo econômico e social;

— manutenção de fluxo favorável de receita em divisas;

— a preservação da liquidez e solvência das sociedades seguradoras;

— a coordenação da política de aplicação de recursos financeiros do sistema segurador com a política econômica e social do Governo.

Nesse sentido, são projetos prioritários:

— implantação de um sistema nacional de seguro rural, tendo em vista a ênfase assumida pela produção agrícola na atual política econômica do Governo;

— criação de empresa especializada de seguros de crédito à exportação, visando aumentar o apoio do seguro ao incremento das exportações;

— criação de estímulos aos seguros de pessoas.

A regularização das entidades de previdência privada será grande passo no sentido de expandir os seguros de pessoas, além de mantê-los na área de ação da iniciativa privada.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

A política tributária será executada visando a:

— simplificação do sistema de tributação dos pequenos contribuintes;

— aumento da racionalidade e eficácia da administração tributária, com consolidação e simplificação das leis fiscais, visando a promover maior eqüidade social do sistema;

— ampliação do uso de tributos como estímulo à produção agrícola, melhor utilização da propriedade fundiária e produtividade no campo;

— amparo às classes de baixa renda, pela tributação favorecida dos bens de consumo considerados de primeira necessidade;

— aplicação às regiões menos desenvolvidas, em particular o Norte e Nordeste, de política tributária estimulante ao desenvolvimento;

— disciplinamento e coordenação do uso de subsídios e isenções fiscais como elemento de promoção das atividades econômicas, em benefício da melhor utilização dos fatores de produção particularmente da mão-de-obra;

— aperfeiçoamento do Imposto sobre a Renda, de modo a melhorar sua funcionalidade e torná-lo mais equitativo;

— realização de continuos esforços para aumentar a eficiência da máquina de arrecadação dos impostos;

— utilização da política tributária como instrumento da expansão do comércio exterior;

— prosseguimento na política de acordos internacionais de eliminação de bitributação; e

— aprimoramento das fórmulas de opção e mecanismos de coleta de incentivos fiscais da pessoa jurídica, de modo a assegurar a promoção do maior crescimento relativo e o fortalecimento de empressas das regiões Nordeste e Amazônica.

No campo das relações com os contribuintes serão invariavelmente promovidas pela Administração Federal a desburocratização e o aperfeiçoamento das relações fisco-contribuinte, através de iniciativas como as seguintes:

— simplificação das formalidades administrativas e dinamização dos sistemas relacionados com a cobrança dos tributos;

— reformulação do regime de penalidades, visando a adequalo à realidade atual;

— reciclagem periódica do pessoal fazendário;

— desenvolvimento de atividades voltadas para o melhoramento e a sistematização dos métodos de arrecadação e fiscalização; e

— modernização dos procedimentos referentes ao julgamento de processos administrativos-fiscais.

Por fim, promover-se-á o fortalecimento dos Estados e Municípios, mediante o aperfeiçoamento da atual política tributária, revertendo-se a tendência centralizadora, dando-lhes maior autonomia financeira".

Ressalva n.º 21

Onde couber:

"A Lei que aprovará as diretrizes e prioridades do desenvolvimento nacional deverá conter dois artigos adicionais que possibilitarão ao Congresso Nacional cumprir o seu papel de acompanhar e avaliar as ações do Executivo, no tocante aos compromissos contidos no Plano.

Assim, deveria ser incluído um artigo obrigando ao Executivo a detalhar o seu plano operativo anual, estabelecendo objetivos, políticas, diretrizes e, especialmente metas a alcançar quanto aos vários objetivos do III PND naquele ano. Um outro artigo obrigaria o Executivo a semestralmente, apresentar uma avaliação dos resultados alcançados pelas várias políticas, permitindo o acompanhamento do desempenho nas várias áreas."

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 303ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1979
1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. ALEXANDRE COSTA E LUIZ CAVALCANTE

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quércia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluízio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Morais — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Milvernes Lima — ARENA; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo

Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felippe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dario Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Rodrigues da Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Côdo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Guido Arantes — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Tobias Alves — MDB.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; João Câmara — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valter Pereira — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alcebíades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluízio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Cláudio Strassburger — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum —

MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 411 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Baptista.

O SR. LUIZ BAPTISTA (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Tramita no Legislativo o Projeto de Lei nº 38, de 1979, que possivelmente deverá ser votado. Dada a sua magnitude, esse projeto deveria ser amplamente debatido dentro desta Casa de leis, com tempo suficiente para, inclusive, receber subsídios de todas as Federações da Agricultura do País. Lamentavelmente, ele passa como um bólido, no Plenário desta Casa, embora tenha recebido várias emendas na Comissão Mista, que já deu o seu parecer no dia 13 de novembro, portanto, há quinze dias passados.

Chegando a este Plenário, este projeto, que modifica substancialmente a cobrança do ITR e, a nosso modo de ver, grava violentamente a grande massa de pequenos proprietários, de agricultores, grava o minifúndio, aqueles que sustentam a produção nacional, a economia, a agricultura do País e a pecuária. Aqueles que lutam estão sendo desestimulados pela implantação desta nova tributação, e, sem dúvida, estimula o latifúndio ocioso, improdutivo e especulador.

Em todos os quadrantes do País o latifúndio desafia o Governo e esmaga o desenvolvimento nacional e o retrato negro desta situação reflete, Srs. Congressistas, na portentosa Amazônia, que está inventariada e doada às multinacionais. Queremos registrar nos Anais desta Casa, já que não temos tempo de discutir a matéria como era o nosso desejo, a situação lamentável em que ficará o agricultor deste País e o latifúndio que, cada vez mais, se desenvolve com o consentimento criminoso do Governo, a complacência e a omissão das autoridades.

Deveríamos aplicar o princípio da justiça social aos homens que são donos da terra, aos que a usam como um bem social — todos os benefícios da lei — e aos que usam a terra como um bem especulativo todos os rigores da lei.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é profundamente lamentável que, na discussão da matéria dentro desta Casa, regimentalmente este Congresso tenha apenas duas sessões e uma sessão para discutir matéria de tão ampla repercussão nacional.

É profundamente lamentável que se gaste tanto tempo, através dos dispositivos regimentais, no Plenário deste Congresso e desta Casa todos os dias da semana, do mês e do ano discutindo matérias que poderiam ser julgadas a plano secundário, quando deveríamos trazer a ampla discussão e ao debate, à análise e ao exame matérias de tamanha importância, de tão grande amplitude como o projeto que, hoje, deverá ser votado nesta Casa ou poderá vir a ser aprovado por decurso de prazo.

Queremos registrar a nossa tristeza, Srs. Congressistas, neste instante, nesta comunicação por essa situação deveras triste para nós. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Celso Peçanha.

O SR. CELSO PEÇANHA (MDB — RS — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Congresso Nacional se reúne, nesta noite, para votar uma Mensagem presidencial que altera o Estatuto da Terra.

Por falar em terra, sou filho de um lavrador, amo-a e, por isso mesmo, propus-me a discutir e a debater a inoportunidade desta Mensagem, o desvalor dela na solução de problemas nacionais.

Já se disse, e estou favorável, que o problema da terra não pode ser resolvido, Sr. Presidente, através de uma política creditícia ou fiscal. É um problema mais sério, mais profundo; é o cerne da problemática nacional.

O Estatuto da Terra, que se iniciou no Governo do Presidente Jânio Quadros, quando ele designou um grupo de trabalho, em 1961, presidido pelo Senador Milton Campos, dele fazendo parte Barboza Lima Sobrinho, Edgar Teixeira Leite, os economistas Rômulo de Almeida, Inácio Rangel e de Pompeu Accyoli e o nosso tão conhecimento Don Helder Câmara.

O estudo do Estatuto da Terra foi caminhando, e só foi aprovado no Governo do Presidente Castello Branco; é um documento essencial à vida dos que trabalham a terra, neste momento. Mas, na verdade, para mim, ele não tem sido utilizado; cerca de 199 mil propriedades rurais totalmente inexploradas, com 42 milhões de hectares que não têm sido tocados, estão elas, aí, inexploradas e o Estatuto da Terra nada vale porque os governos não o usam como um instrumento capaz de fomentar o desenvolvimento rural e de aumentar a quantidade dos alimentos para o povo brasileiro.

A FAO já tem afirmado, e na última reunião discutiu exaustivamente o problema, a fome está ivadindo todos os países, notadamente os africanos e os sul-americanos. Mas o Brasil não tem tomado providência no sentido de fazer uma política real, justa e humana e esta política seria, para mim, a reforma agrária. Eu sei que muitos temem e outros tremem quando se fala a expressão reforma agrária, mas nesta altura do século não se há de fazer, neste País, uma reforma agrária como foi feita, em 1917, na Rússia e em outros países menos ajuizados que, também, assim procederam e sem resultados práticos.

Teríamos que fazer uma reforma agrária que viesse aumentar a quantidade dos alimentos e dar terra àqueles que desejassem trabalhar nela, sem criar ódio no meio rural, mas, pelo contrário, melhorando as condições de vida do povo e levando tranqüilidade aos rurícolas.

Sr. Presidente, as medidas usadas pelo Governo não têm resolvido o problema mas, na verdade, a expressão reforma agrária já, nesta altura, não ofende muito o pensamento de homens públicos deste País.

Há tempos, já o Presidente do Banco do Brasil, o Sr. Oswaldo Colin, na Federação Nacional dos Bancos, afirmava:

> "Não se pode fazer desenvolvimento mais rápido sem uma alteração na estrutura fundiária. A correta apropriação da terra possibilitará sua utilização mais produtiva, que se refletirá em benefício de todos pela melhor distribuição de renda."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo não pensa em fazer uma reforma estrutural nesse Estatuto da Terra, dando acesso aos rurículas, aos trabalhadores rurais, para que possam ter sua gleba, enquanto isso o Governo envia para esta Casa uma Mensagem que procura tão-somente, através de uma política creditícia e fiscalista, aumentar o Imposto Territorial.

Sr. Presidente, no princípio deste Século, no primeiro quartel deste Século, Nilo Peçanha criou o Imposto Territorial Urbano, quando Governador do Estado do Rio, pensando que assim pudesse se fazer uma reforma agrária. É uma ilusão. Ela apenas espanta os homens do interior, porque os latifundiários continuam lá, sem produzir nada, esperando que sua terra possa dar mais resultado, um pouco mais tarde, quando possa vendê-la.

Sr. Presidente, do interior do meu Estado recebi uma proposição assinada pelo Presidente do Sindicato Rural de Santo Antônio de Pádua, e também pelos presidentes das cooperativas agropecuária de Itaocara, da Cooperativa Agropecuária de Miracema, do Sindicato Rural de Itaocara, do Sindicato Rural de Miracema, uma proposição em que eles condenam essa mensagem presidencial e sugerem preços mínimos justos, política de portas fechadas a importações de produtos agrícolas, preços de mercado internacional para tratores, implementos e adubos, fim do confisco cambial, modificação da Lei nº 5.889/73, no artigo referente à prescrição, simplificação do cadastro do INCRA, colocando-o dentro da realidade nacional.

Sr. Presidente, este é o pensamento dos homens que trabalham a terra no norte fluminense; o meu pensamento é que está na hora de fazermos a reforma agrária. Vamos fazê-la antes que o povo a faça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Com a palavra o nobre Deputado Milvernes Lima. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Com a palavra o nobre Deputado Saramago Pinheiro.

O SR. SERAMAGO PINHEIRO (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Era meu propósito encaminhar a votação da matéria que daqui a pouco, na Ordem do Dia, será apreciada pelo Congresso.

Mas infelizmente, apesar das palavras do Deputado Celso Peçanha, e não obstante as reiteradas manifestações do Senador Dirceu Cardoso no Senado e, ainda ontem, do Deputado José Frejat, todos do MDB, o que toda a

Casa sabe é que, na Ordem do Dia, esse Partido não dará número para votação do substitutivo.

Sr. Presidente, realmente o projeto levantou no seio da classe rural uma sensação de angústia, porque se de um lado o Governo apela para os produtores no sentido de encherem a panela do povo, por outro lado, através de medidas como essa, leva indubitavelmente o desassossego ao produtor rural.

O Deputado Marcelo Linhares, Relator da proposição na Comissão Mista, pelo menos inseriu nesse projeto um dispositivo que permite ao produtor, através da apresentação de um projeto, obter o adiamento da cobrança desse imposto progressivo por três anos.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não obstante a crítica que muitos fazem, a vantagem desse substitutivo é que os homens do campo teriam tempo para alertar o Governo com relação a essa medida apreciada pela Câmara, pelo Congresso, num prazo realmente injusto porque não deu tempo a um estudo meticuloso para uma matéria de tanta importância.

Sr. Presidente, se por um lado analisamos um projeto que vai ter uma grave repercussão na vida rural, em meu poder está um documento que, como o Sr. Deputado Celso Peçanha também recebi do Sindicato Rural de Pádua. Mas há um estudo da Federação da Agricultura, no qual se declara que uma propriedade com 45 alqueires geométricos terá de pagar 78 mil 750 cruzeiros de imposto por ano. Se um órgão de classe, estudando o projeto do Governo, chegou a essa conclusão e todos sabemos que uma propriedade de 45 alqueires geométricos não é uma grande propriedade, pelo contrário, é uma propriedade média —, podemos verificar os resultados desse projeto. Por outro lado há um fato para o qual quero chamar a atenção do Congresso e dos Líderes do Meu Partido. É que — eu tive a felicidade de fundar, no meu Estado, a ACAR-RJ, imitando o exemplo sábio dos mineiros que, na gestão do Governador Milton Campos, criaram o Círculo de Extensão Rural, e graças ao seu desenvolvimento fui alçado à Vice-Presidência nacional do sistema e depois ao seu comando — enquanto a Casa vai deixar passar, por decurso de prazo, um projeto tão draconiano, estamos na iminência de ver dispensados cerca de 3 mil técnicos através de todo esse País e mais alguns milhares de funcionários burocráticos do sistema de Extensão Rural, porque a meu ver, em má hora o ex-Governador Moura Cavalcante transformou a ABCAR, que era uma associação civil sem fins lucrativos e que não tinha, portanto, ônus, não tinha obrigação de pagar à Previdência Social, porque o Governo a pagava, transformou-a numa sociedade anônima curiosa, *sui generis*, porque todas as sociedades anônimas, quer do Governo quer particular, têm um fim mercantil ou industrial, e transformar um trabalho educativo numa empresa pública.

Agora, como o Governo quer manter em 80 o orçamento de 79 para as empresas públicas, vamos verificar que, com uma inflação de cerca de 60%, não haverá orçamento nem da EMBRATER nacional, nem das EMATERs regionais que suporte o serviço educativo no próximo ano.

É com esta melancolia, Sr. Presidente, nesta noite, que vejo que vai passar, por decurso de prazo, um projeto nocivo à classe rural, que seria amenizado pelo substitutivo que, infelizmente, não vai ser aprovado, segundo sei, pelo pedido de verificação do MDB. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Navarro Vieira Filho.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A 6 de novembro passado, comemorou-se o centésimo sétimo aniversário de Poços de Caldas, com a presença do Sr. Governador do Estado de Minas, Francelino Pereira.

Na ocasião, proferi discurso que, numa homenagem àquela Cidade, quero registrar nos Anais desta Casa:

Poços de Caldas, nos 107 anos de existência que hoje lembramos e comemoramos, tem sido uma cidade singular. Singular no sentido das especificidades que lhe são próprias e que lhe delineam os contornos de sua História, marcando a vida de seu povo. Esta é, com efeito, uma terra única que soube traçar o seu próprio caminho, fruto generosamente plantado por todos quantos aqui nascidos ou para aqui vindos acumularam uma soma ilimitada de trabalho, de amor, de lutas e de vitórias sempre maiores que nossas derrotas.

Este momento de saudação ao Exmº Sr. Governador do Estado — saudação que faço também em nome de meu valoroso e leal companheiro de lutas políticas, comigo eleito, o Deputado Roberto Junqueira — é também o momento de render a melhor de nossas homenagens ao povo de Poços de Caldas, artífice e construtor da grandeza e da pujança desta comunidade ímpar. Quero que esta homenagem de reconhecimento seja suficientemente ampla para que possa englobar, num só abraço de gratidão, desde aqueles que por primeiro aqui chegaram até às gerações que hoje se iniciam no trabalho, fazendo uma Poços cada vez mais bela e mais feliz; aos que atuaram e aos que atuam no Executivo, através do Prefeito Ronaldo Junqueira, seus secretários e auxiliares de administração; aos Vereadores que compõem nossa Câmara de Leis; às lideranças empresariais e aos líderes comunitários; aos homens do campo, fazendeiros e trabalhadores rurais; e ao operário, trabalhador anônimo e agente fundamental de nosso desenvolvimento; enfim; a todos e a cada um dos que aqui viveram e dos que hoje têm a felicidade privilegiada de aqui viver.

Eu dizia e repito que esta terra encontrou seu próprio caminho. Efetivamente, além das atividades primárias desenvolvidas dentro dos melhores padrões técnicos e com índices de excepcional produtividade, esta terra, na procura incessante do desenvolvimento de toda a sua potencialidade, buscou encontrar — e o fez com sabedoria e brilho — o equilíbrio entre os demais setores da economia. Aqui, indústria e turismo convivem harmoniosamente.

Turismo, enquanto estação hidromineral de cura, repouso e lazer — nossa vocação primeira —, mas não única.

A riqueza de nosso subsolo, a localização geográfica próxima dos grandes centros de consumo do País, nossa força de trabalho, tudo clamava por um equacionamento racional do problema. E hoje, além de centro comercial regional, somos pólo de produção industrial dos mais importantes do Estado, ostentando estabelecimentos de indústria de base e de indústria de ponta, de elevada tecnologia já incorporada ao nosso processo produtivo.

E se estamos, Senhor Governador, rendendo homenagem de gratidão a quantos edificaram esta Poços rica e hospitaleira, é de justiça que reconheçamos o papel aqui desenvolvido pelo Governo Estadual. Por um lado, o compromisso com a verdade nos obriga a dizer que, ao longo do tempo, a contribuição recebida do Executivo Estadual, que hoje V. Exª comanda, foi sempre menor do que a que prestamos, deixando-nos na permanência de nossas ligações econômicas e sociais com o viznho Estado de São Paulo e fazendo com que esta parte do Estado se esquecesse e fosse esquecida de sua Capital. Por outro lado, um imperativo de justiça nos manda lembrar o Governo Antônio Carlos que implantou definitivamente o complexo hidrotermal poços-caldense; o Governo Juscelino Kubitschek, no Estado e na Presidência da República, que rasgou estradas e começou a nos colocar em comunicação com outras regiões, desilhando-nos de Minas; o Governo Bias Fortes que fez o primeiro asfaltamento nesta região; a administração Israel Pinheiro que desenhou com visão de estadista a matriz do desenvolvimento e da desconcentração da indústria, a nível estadual, com a elaboração do diagnóstico da economia mineira e através da criação de órgãos de fomento industrial, como INDI, BDMG e CDI; o Governo de Rondon Pacheco que continuou a implementação de nossas indústrias de grande porte e que foi o primeiro Governador mineiro, após 1964, a nomear os Prefeitos das Estâncias Hidrominerais, acolhendo a indicação que lhe fora dirigida pela representação política de Poços de Caldas e nos deu, para um primeiro período administrativo, Ronaldo Junqueira como Prefeito Municipal e com ele trabalhou com entrosamento e antevisão do futuro; Aureliano Chaves, nosso Vice-Presidente da República e também homem deste chão sul-mineiro, preocupou-se com Poços, a região e seus problemas, deixando aqui marcada a sua brilhante passagem pelo Governo de Minas; e Ozanam Coelho que, em seu curto período administrativo, deu-nos de novo Ronaldo frente à Prefeitura, por todos reconhecido como um dos grandes prefeitos que Poços já teve.

Hoje, Senhor Governador, V. Exª honra a cidade com sua visita, recebe nossas boas-vindas, inaugura o Centro Social Urbano, ligado à Secretaria de Trabalho e Ação Social, um dia já ocupada por meu pai, aos tempos de Israel Pinheiro e hoje, com novas funções, comandada por este jovem e dinâmico representante de Uberlândia, o Deputado João Pedro Gustin. Além disso, está sendo lançada a pedra fundamental do primeiro núcleo de Casas Populares, reivindicação antiga e agora atendida pela COHAB-MG, órgão integrante do Sistema Operacional de Obras Públicas, chefiado pelo Deputado Carlos Eloy e presidido por este amigo ameno e de grande sensibilidade social que é o Dr. Reynaldo Matos de Castro Pires.

Quero e espero, Senhor Governador, que V. Exª muitas outras vezes volte a Poços de Caldas para gestos e atitudes semelhantes, inaugurando e iniciando obras, com o que terá V. Exª, o reconhecimento de um povo que sabe ser grato.

Mais uma vez volto a dizer que Poços soube encontrar o seu caminho. Mas não resolveu todos os seus problemas. Mesmo porque, muito embora todo seu esforço, nenhum esforço é jamais acabado. Somos um povo em marcha, um povo otimista no seu futuro e que sabe o que quer. Um povo que luta e que constrói, mas um povo ciente de suas aspirações e de seus problemas. E, porque ciente, um povo reivindicante, como aliás tem que ser um povo em marcha.

O progresso de Poços, seus resultados, quando analisados, provam e atestam a capacidade de sua gente. Isso nos dá uma confiança sem limites em nossos rumos e na capacidade de nosso povo de transformar as realidades que nos cercam. Mas ao mesmo que o progresso se implanta, um novo conjunto de problemas — aqueles que o próprio crescimento criou e aqueles que o crescimento não resolveu — vem embaraçar nossa caminhada, como que para lembrar que o progresso da espécie humana não é linear, que não se realiza no sentido de um horizonte fixo e delimitado previamente, mas que se assemelha à própria renovação biológica da natureza, que nos obriga a cada ano a semear e a replantar, a reordenar as coisas, para que se possa colher.

Os problemas que Poços hoje vive exigem um reordenamento de posições, exigem que se plante sempre e agora, se quisermos continuar colhendo. Quero me referir de passagem a alguns desses problemas, aqueles que podem contar com a atuação do governo estadual no sentido de sua solução pela sua própria competência ou pela força de sua influência:

1º) A Rodovia do Contorno, exigência para eliminação do tráfego pesado no centro de uma cidade turística. O assunto encontra-se bem encaminhado, desde o governo passado, junto ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, que pretende realizá-la somente em exercícios posteriores. É importante que ela seja feita de imediato, pois a defasagem entre o planejamento dessa obra e sua realização já vem consumindo alguns anos e o problema tende, a olhos vistos, a agravar-se cada dia mais.

2º) A criação de novas Faculdades para Poços de Caldas, velha e ainda irrealizada aspiração. Estamos cientes, todos nós, de que podemos tê-las, mas que é luta difícil e que exige participação e trabalho conjunto de todos nós. Peço ao Sr. Governador que faça parte ativa dessa luta, pois seu apoio, para tanto, é fundamental.

3º) Habitação popular é outro ponto de grande relevância. É mais um problema que pode ser situado entre aqueles criados pelo nosso crescimento de vez que, antes do surto industrial, a questão não havia sequer surgido ou, pelo menos, não era prioritária como hoje o é. Uma parte do problema está sendo atacada com as obras do conjunto habitacional que hoje se iniciam. Novos núcleos habitacionais, entretanto, se fazem necessários, objetivando atender aos mais carentes e a evitar o surgimento de favelas, fato novo que já se faz presente nesta cidade.

4º) A situação local em termos de saneamento básico é crítica. É mais um problema com que temos de arcar em razão de acelerado crescimento da cidade. É problema novo, visto que há alguns anos passados nossa situação em termos de saneamento básico era plenamente satisfatória. O encaminhamento da questão é complexo. Tanto assim é que a solução, via Companhia Estadual de Saneamento, não foi aceita por nossa egrégia Câmara de Vereadores como a mais conveniente aos interesses municipais. É preciso que se diga, Sr. Governador, que Poços é extremamente ciosa de suas coisas. É mais uma singularidade de nossa terra. Basta dizer que, embora o porte e a eficácia empresarial das companhias estaduais concessionárias de serviços públicos, aqui temos os nossos serviços próprios: seja em telefonia, seja em energia elétrica, como também em saneamento. Desta forma e mesmo considerando que a pretensão venha a ferir princípios do PLANASA — Plano Nacional de Saneamento Básico, o que se pleitea é a possibilidade de acesso a financiamentos a longo prazo para solução de nossos problemas de abastecimento d'água e de esgoto sanitário. Tal poderia ser feito mediante a concessão de financiamento para ampliação e melhoria do sistema com a exploração dos serviços a cargo da própria municipalidade. Se o município, penalizado como vem sendo, ainda assim é econômica e financeiramente viável, porque cercear-lhe empréstimos que resolveriam seus problemas? Inviável esse pleito, que o Estado, conhecedor da situação, ao menos pudesse aliviar nossa municipalidade de outros encargos, possibilitando assim que a Prefeitura pudesse alocar recursos próprios em maior vulto na solução deste grave problema que responde diretamente pela qualidade de vida e pela saúde da população.

Senhor Governador, quero agora enfocar tema mais amplo e mais profundo, que não se refere a obras públicas em nossa cidade mas que diz respeito ao diagnóstico e à conceituação de uma nova filosofia de estrutura do poder, de organização da sociedade e do funcionamento da economia de mercado, tema que com tanta felicidade tem sido objeto de estudos e pronunciamentos de nosso Vice-Presidente Aureliano Chaves e tema com o qual me identifico plenamente. E se o enfoco é porque entendo que só através dele teremos soluções perenes e eficazes para os problemas maiores da Nação. A hora é propícia a tanto pois estamos vivendo o momento de repensar toda a vida nacional, nesta fase de abertura política, preconizada pelo ex-Presidente Ernesto Geisel e em implantação sob o comando do Presidente João Figueiredo.

A propósito sirvo-me de um pensamento de Valéry Giscard D'Estaing, Presidente dos franceses, para dizer que toda reflexão sobre a sociedade implica numa reflexão sobre o poder. Uma sociedade de liberdades democráticas necessita de uma estrutura pluralista do poder que não se restringe a ser apenas político por que tem que ser total. A pluralidade do poder é a garantia da liberdade. Liberdade que não pode ser entendida como anarquia, assim como a difusão do poder, em regime democrático, não conduz à desordem mas sim a um equilíbrio superior: *o da ordem na liberdade e na responsabilidade.* Isso é válido tanto para o desenvolvimento social como para a condução da economia, sem o que, não teremos democracia.

Essa nova estrutura de poder supõe, evidentemente, novas formações partidárias e como político novo, sem compromissos com possíveis vícios do passado estou procurando meu caminho, nesta fase de abertura, para me posicionar de acordo com os ditames de minha formação humanista, de minha consciência de cristão e segundo a aspiração dos que me fizeram eleito Deputado Federal.

Mas a estrutura do poder que se deseja e procura é mais ampla e vai mais além de qualquer reforma partidária: ela pretende também a distinção efetiva dos poderes do Estado: autonomia do Executivo em relação ao Legislativo, mas com o pleno restabelecimento das funções e prerrogativas do Congresso Nacional e a independência do Judiciário.

Estrutura de poder que também pressupõe definitiva condenação ao dirigismo da planificação econômica e às sociedades burocráticas existentes em países de orientação marxista, bem assim como condenação não menos definitiva do liberalismo clássico, responsável pela implantação de um capitalismo injusto e cada vez mais desnacionalizante, por via de conseqüência, cada vez mais dependente dos grandes centros e conglomerados que controlam a tecnologia, o investimento, a produção e a distribuição, empregados na administração da economia.

Estrutura de poder que pressupõe, acima de tudo, o estabelecimento de uma sociedade feita a partir do homem e de suas necessidades e não a partir de fatos econômicos, como querem o liberalismo clássico e o marxismo, teorias sociais anacrônicas que o século XIX nos legou e que este final de século XX tem que sepultar. Essa sociedade nova que queremos sem misérias que degragam e ofendem a dignidade da pessoa humana, sem injustiças e sem privilégios, tem que buscar a libertação do homem, libertação que se realiza em dois planos: o *formal, jurídico* e o *real social,* de acordo com as necessidades materiais e espirituais do homem.

Assim é que temos que conjugar a liberdade que o Governo João Figueiredo vem promovendo com seu projeto e abertura política, com as liberdades reais, que, em síntese, dizem respeito ao trabalho e sua justa remuneração, ao acesso dos bens da cultura e da civilização, à moradia, à saúde, ao lazer e, principalmente, à justa retribuição do esforço de cada um dos brasileiros na apropriação da renda nacional. Por acreditar que podemos transformar a sociedade em que vivemos; por acreditar que estamos realmente vivendo rumos novos na História institucional deste País, por acreditar que podemos participar do poder para reformar as coisas, sem revoluções sociais e sem governos autocráticos, considero-me útil ao meu País, ao meu Estado e à minha região, sendo menbro do Congresso Nacional. Candidatei-me para lutar por princípios, para buscar este rumo novo, propondo, discutindo, participando.

Por esses princípios candidatei-me, Sr. Governador, e por eles me guiarei, com lealdade aos meus companheiros de ação política, com fidelidade aos anseios de minhas bases eleitorais e, enfim, com o compromisso que a cada dia quero renovar, de continuar seguindo, também em minha vida pública os exemplos de honradez, de trabalho e de dignidade, legado maior e mais rico que recebi de meu pai, ao longo de sua vida e do exercício continuado dos mandatos populares que conquistou.

Senhor Governador, mais uma vez, receba V. Exª e toda a sua ilustre comitiva, em meu nome e em nome de meu colega Roberto Junqueira, Deputados por Poços de Caldas, as nossas boas vindas, os nossos votos por sua felicidade pessoal e toda a nossa poços-caldense hospitalidade!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso de Almeida.

O SR. CARDOSO DE ALMEIDA (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A situação econômica do País passa por uma fase negra, difícil.

O Ministro Delfim Netto teve que sair do Brasil, com o Ministro do Planejamento, para conseguir as importações de petróleo para o ano de 1980.

A produção do álcool, que há 6 anos, depois da crise do petróleo, foi aventada e planejada, até hoje é uma ninharia. Os empresários já podiam estar produzindo 50% das necessidades de petróleo importado hoje, substituído pelo álcool, e estaríamos numa situação das melhores possíveis. Estaríamos bem colocados entre as nações do mundo. Com a substituição paulatina que

podíamos fazer, a partir de 50%, estaríamos com uma moeda forte e poderíamos fazer frente a esta crise terrível do petróleo.

Ora, um projeto da natureza do que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso, em que não foi bem assessorado pelo Sr. Ministro da Agricultura, esse projeto, diante do fato e da situação em que o Brasil se encontra, é ridículo, é absurdo. Quando se precisa da confiança, da vontade de trabalhar da economia capitalista, para se fazer o plantio de cana-de-açúcar e fazer aí quinhentas a mil usinas de caráter empresarial — e precisamos de espaços grandes de terra para essa planificação — o Governo vem com um projeto dessa natureza, que lança a dúvida, que lança a desordem entre todos os empresários, que começam a não acreditar que as coisas possam se produzir dentro da livre empresa, como o próprio Presidente João Baptista Figueiredo acenou, quando fez sua campanha para Presidente da República.

Este projeto atenta contra a livre empresa; este projeto é burocratizador; este projeto vai dar dor de cabeça para todos os produtores. Vai ser um manancial de burocracia, pois se, no momento, o INCRA não sabe como cobrar os impostos! Dizem que o computador do INCRA, inclusive, encrencou, deu qualquer confusão; existem pessoas que receberam os seus avisos de pagmento até com 1000% de aumento. Outros, receberam com diminuição do imposto passado. Está uma verdadeira balbúrdia. O INCRA não sabe como vender ou acertar a questão das suas terras. Temos uma área imensa na mão do INCRA, milhões de quilômetros quadrados, que só causam conflitos, porque ninguém sabe como explorar estas terras, que vão ser necessárias para grandes empresas que possam produzir o álcool para salvar o Brasil dessa crise do petróleo.

Sugiro, aqui, se me ouvirem, ao Sr. Ministro da Agricultura, que pense bem, que a sua mensagem, que ele preparou com o Presidente da República, está sendo apoiada pelo MDB. A ARENA fez um substitutivo e com a disposição do MDB de verificação de votação, este projeto vai passar por decurso de prazo, por vontade da Minoria. A ARENA, que votou a Reforma Partidária, que votou a anistia como queria o Presidente da República, vê neste instante acontecer uma coisa muito interessante: é que a ARENA, que fez um substitutivo, vai perdê-lo por desejo da Oposição, que está no seu papel. É de certa forma injusto com o Partido do Governo.

A verdade é que o melhor que se fazia neste instante, diante disso que está acontecendo, quando a lei é boa para o MDB e ruim para a ARENA, seria que o Presidente da República, em lealdade mesmo à opinião daqueles que apoiam o Governo, deveria retirar este projeto, o quanto antes, para melhor exame. Temos coisas muito mais sérias para tratar: regularizar o imposto anterior, acertar e ver como fazem as vendas e licitações de terras, para os grandes programas que, inclusive, vão salvar o Brasil dessa crise energética, desse preço de Cr$ 22,60 da gasolina.

Ora, nesta hora, é ridículo um projeto deste. É um projeto, doutrinariamente, contrário à livre empresa, contrário ao sistema capitalista, que o próprio Presidente João Figueiredo disse que era um sistema que deveria imperar no Brasil, porque é o que pode trazer o desenvolvimento. E estamos vendo isto.

Por isso, daqui apelo ao Senhor Presidente da República, enquanto é tempo: retire este projeto, que vai ser aprovado por decurso de prazo, por vontade e força do MDB. E a ARENA, que tinha amenizado este projeto, vai perder, quando a ARENA é quem apóia e apoiou o Governo.

Este projeto põe em risco o desenvolvimento do Brasil. Atenta contra a idéia do Ministro Hélio Beltrão, que deveria pedir demissão incontinenti, no dia em que verificou que este projeto foi do Governo e veio para esta Casa, porque, na realidade, quando se pensa em desburocratizar o Ministério da Agricultura envia a esta Casa um projeto que vai ser a maior fonte de burocracia neste país.

Por estas razões, porque é muito burocrático, doutrinariamente estatizante, é socializante, é contra a livre empresa, por tudo isto, deve o Senhor Presidente da República, em tempo, retirar, incontinenti, este projeto. As associações de classe de todo o Brasil, que representam a classe dos empresários rurais, já estão fazendo reuniões protestando contra esta matéria. Além disso, vai prejudicar seriamente o plano de produção do álcool.

Estive com grandes produtores de álcool e de açúcar de Ribeirão Preto, que é a região que tem as usinas mais modernas do Brasil, atualmente, de uma região que produz 40% da produção do Estado de São Paulo, e 8% da produção brasileira. Pois aqueles empresários estão revoltados com mais este tipo de intervenção e este imposto e se sentem sem a menor vontade de prosseguir, inclusive de ampliar as suas usinas e de plantar mais cana para produzir álcool. O que se precisa saber é que, neste momento, a situação é esta: o que interessa é vencer a crise do petróleo e fazer a sua substituição pelo álcool. Isto é o que interessa. Não podemos perder tempo deixando aquele que poderá atingir essa meta para o povo brasileiro, que é o empresário rural — o médio, o grande empresário rural é que podem fazer o PROÁLCOOL, — se sintam atingidos por este imposto e por esta proposição que não tem nada para ajudar o Brasil a vencer a atual crise e vem sim, lançar a confusão, a balbúrdia e o aborrecimento no meio rural e em todos os empresários que estão revoltados com esta situação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Falo a favor do povo de Águas Belas, Itaíba, Iati e cidades vizinhas, do meu Estado de Pernambuco, carentes de Assistência Médica, solicitando a instalação de uma Agência do INAMPS na primeira cidade.

As críticas à Previdência Social horrorizam a Nação. Ora são as filas intermináveis, ora o tempo para atendimento, que, às vezes, só chega quando não mais necessário, em decorrência do falecimento do segurado, ora a falta de médicos especialistas, material e medicamento ou, ainda, a falta de Agências do INAMPS em milhares de municípios brasileiros.

Ministro após Ministro horrorizam-se sem que sejam dadas soluções, pois o mal decorre do Sistema Anti-humano que determina o Modelo Econômico e Social que escraviza as maiorias populares.

O atual Ministro, Deputado Jair Soares, logo ao investir-se no cargo, viu o horror no próprio Distrito Federal, e deve sofrer pela constatação de sua multiplicação por todo o Brasil.

Hoje, quero me referir, atendendo exposição de motivos do Vereador Manoel Rodrigues Pinto, da cidade de Águas Belas, à imperiosa necessidade de uma Agência do INAMPS naquele Município do Estado de Pernambuco.

Águas Belas situa-se no chamado "Agreste Pernambucano", Região contígua ao "Agreste Meridional", sendo, principalmente em referência à produção agrícola, ali predominante, centro de inúmeras cidades das duas regiões.

Somente com referência a 3 cidades, Águas Belas, Iati e Itaíba, todas interligadas, temos uma população (1975) de 69.556 habitantes e uma área terrestre de 2.282 km².

Ocorre que toda população dependente do INAMPS é atendida no posto médico da cidade de Garanhuns, distante mais de 100 km da referida cidade de Águas Belas.

Não é necessário dizer os problemas decorrentes. Muitas vezes, os pacientes morrem antes de atendidos, ou simplesmente desistem de procurar um médico por falta de condições financeiras para deslocarem-se para Garanhuns. O deslocamento para Garanhuns implica em perda de 1 dia de trabalho e despesas com transporte e alimentação.

Mais grave é que, na maioria das vezes, em Garanhuns, consegue-se apenas marcar hora para dias distantes, quando novamente terá o segurado que fazer outra viagem, com novos inconvenientes e despesas.

Destaque-se que a oferta de serviço médico do Estado e da Prefeitura é precária, e não supre a ausência de Posto Médico do INAMPS.

A implantação de um Posto Médico em Águas Belas beneficiará a população da Região, aumentando, por outro lado, a arrecadação do INAMPS pelo estímulo que representará a inscrição de novos associados.

Não temos dúvidas que Águas Belas detém condição sócio-econômica para instalação de um Posto Médico do INAMPS.

Assim, esperamos que o Sr. Ministro Jair Soares analise o problema e determine a instalação da Agência do INAMPS em Águas Belas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — A Presidência suspende a sessão por cinco minutos para entendimentos entre as Lideranças.

(A sessão é suspensa às 19 horas e 50 minutos e reaberta às 19 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 38, de 1979-CN, que altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 174, de 1979-CN, da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece, vencidos os Senhores Senador Leite Chaves e Deputados Jerônimo Santana, Carlos Bezerra e Walber Guimarães.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (MDB — MT. Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há pouco ouvíamos um brilhante discurso do Deputado Cardoso de Almeida, de São Paulo, condenando com virulência, condenando com toda ênfase possível o projeto do Governo que pretende reformular o Imposto Territorial Rural no nosso País.

O projeto é confuso, é obtuso e, acima de tudo, é profundamente injusto, profundamente parcial, pois não eliminou da cobrança do Imposto Territorial Rural em nosso País a principal injustiça que consistia e consiste em cobrar mais imposto de quem tem menos terra. Quanto menor a propriedade, paga-se mais imposto. Por este projeto esse sistema de injustiça perdurará, uma vez que a pequena propriedade pagara, em média, por hectare, Cr$ 2,33 e a grande propriedade pagará, em média, Cr$ 1,37 por hectare. É o prêmio para o grande latifúndio, para a grande propriedade.

No entanto, não vemos razão alguma para as reclamações do Deputado paulista que tentou fulminar, com toda impetuosidade possível, este projeto que consideramos absurdo e injusto.

Alega o Governo que com este projeto propiciará uma redistribuição da propriedade e da terra no Brasil. Redistribuição que nós sabemos ser necessária, ser urgente, porque a crise grave que vive a nossa agricultura é decorrente principalmente dessa estrutura fundiária que aí está, obsoleta, ultrapassada e que tem trazido desespero para a agricultura de nosso País.

O primeiro passo para se fazer um avanço agrícola é a reformulação dessa estrutura fundiária. Com este projeto, com essa reformulação do ITR, não se reformulará nada na estrutura fundiária de nosso País, continuará a existir a concentração da propriedade nas mãos dos grandes latifundiários nacionais e dos grandes grupos internacionais que, cada vez mais abocanham as nossas terras, as terras de nossa Pátria, principalmente, hoje, na Região Amazônica. É triste assistirmos a esta situação.

Hoje recebemos alguns telefonemas de Mato Grosso, a Polícia Federal está coagindo posseiros no Município de Pontes de Lacerda. São 500 famílias de agricultores nas periferias de Rondonópolis, ameaçadas de expulsão, com a polícia percorrendo as picadas, com mulheres miseráveis de humildes lavradores, abortando, apavoradas pelo temor da repressão e da polícia.

Assistimos a esse quadro hediondo de vandalismo percorrendo todo o hinterland brasileiro, com trabalhadores seviciados, trabalhadores torturados, trabalhadores com suas residências incendiadas, saqueadas por elementos do próprio Governo pelas polícias militares, pela polícia federal, pelos funcionários do INCRA, toda essa engrenagem que funciona a favor do grande, do poderoso, do barão, do senhor da casa grande que hoje, como sempre, continua a existir, neste País, cada vez com mais ênfase.

E este projeto é uma brincadeira, é uma piada, nesse sentido. Nada vai melhorar, nada vai corrigir nesta estrutura arcaica, desumana, anticristã, que paira sobre a Pátria brasileira e que levou este País ao caos agrícola e que se não for consertada imediatamente este País dependerá cada vez mais de países como o México, o Chile — infinitamente menores do que o nosso — para o seu abastecimento agrícola. Isto é uma vergonha para nós brasileiros que vivemos num País com uma extensão territorial enorme de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados. Com clima superfavorável para a agricultura, dependemos de importar o feijão, o arroz, a soja, o milho, o trigo, a carne, o alpiste, até o alpiste que o passarinho consome.

Este o grave perigo que está levando este País para o abismo. Esta estrutura que está aí implantada desde o golpe de 1964, está levando este País para o abismo social, está levando este País para o caminho da violência. O momento que vivemos é muito sério, muito grave e a ditadura não quer ceder em nada, não quer ceder um milímetro sequer, as propostas que aparecem aqui são como esta, como este projeto que este Congresso aprecia na noite de hoje, uma proposta que consideramos uma bofetada, um acinte a esses milhões e milhões de brasileiros que hoje constituem verdadeiros párias da nossa sociedade, aos milhões de bóias-frias que estão vegetando na periferia das nossas cidades, aos favelados, aos milhões de favelados que tiveram de deixar a zona rural para se constituir nas milhares de favelas existentes nas diversas cidades dos diversos Estados do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vejam em que ponto está o nosso Parlamento. Mandou-se para cá um projeto de reformulação do ITR, falho, que não corresponde às necessidades e aos anseios deste País, e ao chegar aqui no Parlamento apresenta-se um substitutivo que é muito pior do que o projeto. Pelo substitutivo só pagará imposto territorial, neste País, quem quiser. Não se paga imposto no Nordeste porque lá há o fenômeno das secas; não se paga imposto no Pantanal e na Amazônia porque são molhados demais; não se paga imposto na região dos seringais nativos, da castanha-do-Pará, da erva-mate e de outras essências; não se paga imposto onde houver exploração mineral; não paga imposto o fazendeiro que fizer investimento na sua propriedade em benefício dos seus trabalhadores, que construir casas, escolas, benfeitorias e utilidade social. Então, se abriu um sem número de válvulas, um sem números de janelas para que os permanentes sonegadores de impostos, neste País, continuem a lesar o fisco, continuem a não pagar impostos e as declarações que fazem ao INCRA, ao órgão encarregado da arrecadação neste País, são simplesmente vergonhosas.

Ontem, aqui, num pronunciamento, o Deputado Arnaldo Schmitt, de Santa Catarina, provou a que ponto, a que absurdo chega a desfaçatez das declarações dos proprietários rurais deste País. Se não me falha a memória há um proprietário, um cidadão no Rio de Janeiro, que declarou uma área de 2 mil hectares com plantio de hortaliças; dois mil hectares de hortaliças no Rio de Janeiro! E o INCRA não percebeu a falha dessa declaração. E como essa existem milhares e milhares de declarações falsas, errôneas, para evitar a incidência do imposto.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não pretendendo me alongar mais, minha passagem pela tribuna foi apenas e tão-somente para condenar este projeto enviado pelo Governo para esta Casa, que não satisfez a expectativa nacional, que não satisfez a expectativa de milhões de brasileiros que amanham a terra neste País. O que o Governo tem dado para esses párias da nossa sociedade, o que tem mandado para eles é apenas a violência, é apenas o abuso, é apenas o tripúdio sobre os Direitos Humanos.

Eu ouvia outro dia um cidadão afirmar, lá no interior de Mato Grosso, que neste País ainda se trata melhor o boi do que o homem.

O boi recebe o vermífugo, a vacina, tem a pastagem de boa qualidade, tem tudo, enfim; o camponês brasileiro não tem nada, tem a fome, tem a miséria, tem a incerteza, vive dias sem fim de pânico no seu casebre, na sua choupana, não sabendo qual o dia que chega a polícia estadual, a polícia federal, o INCRA, para expulsá-lo da sua cabana, para maltratá-lo, para prendê-lo. Essa é a situação vivida hoje pelo camponês brasileiro, pelo homem que trabalha, que amanha a terra.

Portanto, Srs. Congressistas, a finalidade da nossa passagem por esta tribuna é para registrar, como parlamentar e como brasileiro, o nosso protesto pela total inércia do Governo, pela total falta de iniciativa do Governo para com esses milhões de camponeses deste País. Situação essa que está levando este País, como já afirmei, para o abismo, para o caos social. Que não venham os homens do Governo, amanhã, alegar que essa situação é fruto do esquerdismo, que é fruto da agitação, que é fruto dos agitadores contumazes, que é fruto da pregação dos pescadores de águas turvas; que não venha o Governo e seus asseclas, amanhã, com essas afirmações. Que coloque a carapuça na cabeça, que tenha a coragem de bater no peito e dizer *mea culpa*, por essa estrutura miserável, por essa estrutura desumana, por essa estrutura infame, por essa estrutura anticristã, que está levando a desgraça e a miséria para milhares de lares de patriotas nossos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 91, DE 1979-CN

Requeremos, na forma regimental, preferência para votação do projeto.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1979. — Deputado **Cantídio Sampaio,** Líder da ARENA, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à votação do projeto.

Em votação o projeto.

O Sr. Marcondes Gadelha (MDB — PB) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Gadelha, para encaminhar a votação.

O SR. MARCONDES GADELHA (MDB — PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é fato notório que o País precisa urgentemente de um novo processo de ocupação da terra; é fato notório que a cada dia, a cada ano, a cada momento em que se torna mais grave a crise social neste País, faz-se mister uma nova fórmula de distribuição fundiária. E o Governo é o primeiro a fazer apelo, Sr. Presidente, à agricultura, como

instrumento hábil de sustentação do País, na hora difícil que atravessamos. Esgotadas as possibilidades de expansão dos volumes de exportação, através dos manufaturados e do setor de serviços, resta-nos, como manancial eterno deste País, as culturas tradicionais de exportação. E, paralelamente, estabelecendo-se uma crise de abastecimento de produtos alimentares, que se reflete inclusive nos indicadores econométricos mais importantes e que mais agudamente incidem sobre o bolso do povo, como a inflação e o custo de vida, resolve o Governo fazer apelo, e a base do estardalhaço, assoalha por todos os meios de comunicação, que diariamente agridem os cinco sentidos do povo, que haverá de, em curto prazo, encher a panela da população brasileira.

Ora, nós sabemos, Sr. Presidente, que não há de ser com esse projeto que conseguiremos esse disiderato. Não há de ser, tampouco, com outras fórmulas propostas, e que já se desenham no horizonte, abrindo a sanha e a ganância das multinacionais, como o sistema de *plantation*, uso intensivo de tecnologia no campo, de insumos modernos, de adubos e implementos diversos.

Há necessidade fundamental de utilização do homem, de fixação do homem à terra.

Mahatma Gandhi, que não era um economista, mas era talvez um santo, dizia que o problema do subdesenvolvimento não será resolvido pela produção em massa, e sim pela produção das massas.

Há necessidade da utilização desse enorme capital ocioso que está à nossa disposição — a mão-de-obra incomensurável de que este País ainda dispõe e as suas vastidões de terra por este interior a dentro.

Todos estes fatores, Sr. Presidente, se encontram mal coordenados neste projeto, não encontram um encaminhamento correto, adequado, à medida da nossa necessidade, que é cada vez mais urgente, cada vez mais grave.

Nada obstante, alguma coisa precisa ser feita, e a Liderança da Minoria não haverá de ser obstáculo a qualquer proposta, a qualquer declaração de intenção a um primeiro passo que possa ser dado.

Por esta razão, fazendo vivas restrições ao projeto, que, na verdade, visa enterrar uma Reforma Agrária mais honesta, mais sincera, mais equânime, mais justa, mais adequada aos nossos interesses, fazendo tais ressalvas, votaremos favoravelmente ao projeto, porque o consideramos, Sr. Presidente, menos mal do que o substitutivo. Este, sim, abre brechas enormes à escamoteação e à burla, através de grandes grupos organizados; este, sim, abre salvaguardas enormes ao latifúndio improdutivo, que ainda é a marca maior da nossa estrutura agrária.

Votamos, por estas razões, favoravelmente ao projeto, Sr. Presidente, na esperança de que um dia este Congresso possa conceder livremente à Nação brasileira o diploma legal que ela espera para a consecução do grande desiderato de uma distribuição de terra, para que se obtenha maior produtividade, sem desprezar aquele que cavouca a terra, aquele que lavra, que sofre e que dela só recebe os encargos e os ônus. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cantídio Sampaio, para encaminhar a votação.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, embora não esposemos a tese defendida pelo eminente Líder da Oposição, com respeito às conseqüências da possível aprovação do substitutivo, não vemos razão para se deixar de realizar um acordo de vontades em torno do projeto, tal qual encaminhado a esta Casa pelo Presidente da República.

Isto demonstra, Sr. Presidente, a tese que ainda hoje à tarde defendemos aqui, na sessão da Câmara dos Deputados: é sempre possível, mediante o diálogo realizado com as melhores intenções de acertar, compor os nossos interesses e as nossas vontades.

É claro, Sr. Presidente, que o trabalho da Comissão Mista que se debruçou sobre o projeto, que estudou todas as suas possíveis conseqüências, é alguma coisa que mereceria desta Casa melhor e mais serena apreciação.

Como disse, Sr. Presidente, o projeto alcança plenamente o objetivo perseguido pelo Governo, que é o de desestimular, principalmente pelo Imposto Territorial Rural crescente, o latifúndio improdutivo e as terras rurais mantidas absolutamente sáfaras, com o objetivo de alcançar valorizações especulativas.

Por atender, no seu estágio natural, estes objetivos tão bem expressos na Mensagem do Executivo, o projeto merecerá, evidentemente, a aprovação da bancada da Maioria, e nos congratulamos com a bancada da Minoria por este acordo de vontades, que, mais uma vez, impede, de acordo com os pontos de vista que têm sido reiterados nesta Casa, um projeto desta importância seja aprovado por decurso de prazo.

A manifestação de nossa vontade, da vontade do Legislativo sobre esta proposição que reflete tamanha importância sócio-econômica, é alguma coisa que credencia esta Casa do Legislativo. Principalmente dá substância ao futuro diploma que irá compor todos interesses na nossa zona rural, alcançando, mediante os critérios constantes da futura lei, os altos objetivos perseguidos pela Administração da República. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luis Cavalcante) — Com a palavra o nobre Senador Marcos Freire, para encaminhar a votação.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Passa-se à votação.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado. Em conseqüência, fica prejudicado o substitutivo.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 3S, DE 1979-CN

Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), passam a ter a seguinte redação:

"Art. 49. As normas gerais para a fixação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural obedecerão a critérios de progressividade e regressividade, levando-se em conta os seguintes fatores:

I — o valor da terra nua;

II — a área do imóvel rural;

III — o grau de utilização da terra na exploração agrícola, pecuária e florestal;

IV — o grau de eficiência obtido nas diferentes explorações;

V — a área total, no País, do conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário.

§ 1º Os fatores mencionados neste artigo serão estabelecidos com base nas informações apresentadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, obrigados a prestar declaração para cadastro, nos prazos e segundo normas fixadas na regulamentação desta Lei.

§ 2º O órgão responsável pelo lançamento do imposto poderá efetuar o levantamento e a revisão das declarações prestadas pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais, procedendo-se a verificações *in loco* se necessário.

§ 3º As declarações previstas no § 1º serão apresentadas sob inteira responsabilidade dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, e, no caso de dolo ou má fé, os obrigará ao pagamento em dobro dos tributos devidos, além das multas decorrentes e das despesas com as verificações necessárias.

§ 4º Fica facultado ao órgão responsável pelo lançamento, quando houver omissão dos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel rural, na prestação da declaração para cadastro, proceder ao lançamento do imposto com a utilização de dados indiciários, além da cobrança de multas e despesa necessárias à apuração dos referidos dados.

Art. 50. Para cálculo do imposto, aplicar-se-á sobre o valor da terra nua, constante da declaração para cadastro, e não impugnado pelo órgão competente, ou resultante de avaliação, a alíquota

correspondente ao número de módulos fiscais de imóvel, de acordo com a tabela adiante:

Número de Módulos Fiscais					Alíquota
Até		2			0,2%
Acima	de	2	até	3	0,2%
Acima	de	3	até	4	0,4%
Acima	de	4	até	5	0,5%
Acima	de	5	até	6	0,6%
Acima	de	6	até	7	0,7%
Acima	de	7	até	8	0,8%
Acima	de	8	até	9	0,9%
Acima	de	9	até	10	1,0%
Acima	de	10	até	15	1,2%
Acima	de	15	até	20	1,4%
Acima	de	20	até	25	1,6%
Acima	de	25	até	30	1,8%
Acima	de	30	até	35	2,0%
Acima	de	35	até	40	2,2%
Acima	de	40	até	50	2,4%
Acima	de	50	até	60	2,6%
Acima	de	60	até	70	2,8%
Acima	de	70	até	80	3,0%
Acima	de	80	até	90	3,2%
Acima	de	90	até	100	3,4%
Acima	de	100			3,5%

§ 1º O imposto não incidirá sobre o imóvel rural, ou conjunto de imóveis rurais, de área igual ou inferior a um módulo fiscal, desde que seu proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, o cultive só ou com sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros.

§ 2º O módulo fiscal de cada Município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I — hortifrutigranjeira;

II — cultura permanente;

III — cultura temporária;

IV — pecuária;

V — florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do art. 4º desta Lei.

§ 3º O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município.

b) no segundo ano: 3% (três por cento);

c) no terceiro ano e seguintes: 4% (quatro por cento).

§ 11. Os limites referidos no § 9º são fixados segundo o tamanho do módulo fiscal do Município de localização do imóvel rural, da seguinte forma:

Área do Módulo Fiscal	Grau de Utilização da Terra
Acima de 25 hectares até 50 hectares	30%
Até 25 hectares	25%
Acima de 50 hectares até 80 hectares	18%
Acima de 80 hectares	10%

§ 12. Nos casos de projetos agropecuários, a suspensão da aplicação do disposto nos §§ 9º, 10 e 11 deste artigo, poderá ser requerida por um período de até 3 (três) anos."

Art. 2º A Taxa de Serviços Cadastrais prevista no art. 5º do Decreto-lei nº 57 de 18 de novembro de 1966, não incidirá sobre imóveis rurais abrangidos pelo § 6º do art. 21 da Constituição Federal e sobre aqueles não sujeitos à incidência do imposto por força do § 1º do art. 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada por esta Lei, salvo nos casos de expressos pedidos de atualização cadastral.

Art. 3º A contribuição de que trata o art. 5º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, não será cobrada dos imóveis rurais de tamanho até 3 (três) módulos fiscais, que apresentem grau de utilização da terra igual ou superior a 30% (trinta por cento), calculado na forma da alínea a do § 5º do art. 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, com a nova redação dada por esta Lei.

Art. 4º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a instituir prêmio-incentivo a produtores rurais das diferentes regiões do País, nas diversas modalidades de exploração, como forma de estimular o uso racional e intensivo da terra, e o cumprimento da sua função social.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1980, revogados o art. 52 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Em votação as Emendas, de parecer favorável, de nºs 2, 5, 6, 7, 8, 25 e 26.

Os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Não serão, portanto, submetidas ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Votação das emendas aprovadas, em parte, de nºs 9 a 13, 21, 22 e 28.

Os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Não serão submetidas ao Senado

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

Os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Não serão submetidas ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Aprovado o projeto na Câmara e no Senado, e dispensada sua redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — As declarações de voto encaminhadas à Mesa serão publicadas.

São as seguintes as declarações de voto encaminhadas à Mesa:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sou contra o Projeto de Lei nº 38/79-CN, nos termos da Mensagem do Poder Executivo.

Preferia o substitutivo do eminente Deputado Marcelo Linhares aprovado pela Comissão Mista. Ele minimizaria os rigores do projeto, que deixará ao alvedrio dos tecnocratas do INCRA toda a estrutura fundiária do País. Se ela não é justa hoje, com o Projeto de Lei nº 38/79-CN transformado em lei, o será injusta.

Trará o desestímulo aos homens do campo. E abandonados os campos, o que será das cidades?

Desejo o homem em nossos campos para que haja fartura e tranqüilidade e paz nas cidades.

Com o Projeto nº 38, infelizmente, tal não acontecerá. Daí a minha discordância e o meu voto.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1979. — **Ruben Figueiró — Geraldo Fleming — Nabor Junior.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Pelas falhas gritantes do projeto em pauta, onde não se faz por onde os proprietários rurais passem a cultivar efetivamente as suas terras aproveitáveis, onde os grandes proprietários, não dando à terra o seu verdadeiro valor social, são ainda perdoados em suas dívidas e pagarão um imposto irrisório, um imposto menor por unidade de área que o que deverá ser pago pelos pequenos proprietários, por essas e outras falhas, votamos contra o projeto e contra seu substitutivo, na esperança de que o Governo envie a esta Casa um projeto que melhor retrate nossa realidade rural e atenda melhor aos interesses dos pequenos agricultores.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1979 — **Arnaldo Schmitt — Carlos Bezerra**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os abaixo assinados, deputados federais por Minas Gerais, vêm, pelo presente instrumento, declarar-se contrários ao Projeto de Lei nº 38, de 1979-CN, originário da Mensagem nº 105, de 1979 (CN) por considerarem que não satisfaz, absolutamente, aos objetivos que lhe deram origem. Esses objetivos, com os quais nos manifestamos perfeitamente de acordo, são os seguintes:

1 — Reconhecer a função social da propriedade;

2 — Reconhecer que a tributação progressiva da terra ociosa é fator de constrangimento ou de estímulo às suas finalidades, que são as de produção e de produtividade.

Nesta oportunidade, os signatários, com os objetivos supra, manifestam-se ainda na expectativa de oportunidade de votação de um projeto de redação clara, abrangente das peculiaridades regionais e condizente com a realidade do campo.

Brasília, 28 de novembro de 1979. — **Hugo Rodrigues da Cunha — Edilson Lamartine.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão dos Projetos de Lei nºs 42, de 1979-CN, que reduz a exigência de documentação aos pretendentes à aquisição de unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação, nos financiamentos de valor igual ou inferior a 1.000 Unidades Padrão de Capital (UPC); e 43, de 1979-CN, que dispõe sobre a criação da COALBRA — Coque e Álcool da Madeira S.A., e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 40 minutos.)

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr$ 3,00